

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E DEZOITO:**=====

===== Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezoito, pelas nove horas e trinta minutos no **Salão Polivalente da sede da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca**, reuniu, em **Sessão Ordinária**, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob **Presidência da Senhora Dra. Helena Maria Dinis dos Santos**, Secretariada pelo Senhor **Dr. Manuel José Tavares Soares** – Primeiro Secretário e pela Senhora **Dra. Maria Isabel Santos Barbosa** – Segunda Secretária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: =====

- 1- **1º Período de intervenção do Público** =====
- 2- **Informações gerais** =====
- 3- **Período de antes da ordem do dia** =====
- 4- **Período da Ordem do dia** =====
- 5- **2º Período de intervenção do Público** =====

**Pontos da Ordem do Dia:** =====

===== **Ponto um:** Aprovação da ata número três da Assembleia Municipal; =====

===== **Ponto dois:** Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município – **Apreciação**; =====

===== **Ponto três:** Relatório de Acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – **Apreciação**; =====

===== **Ponto quatro:** Declarações do Senhor Presidente da Câmara Municipal ao abrigo da alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 15º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – **Aprovação**; =====

===== **Ponto cinco:** Olga Figueiredo Marques Martins – **Pedido de isenção de compensação de lugares de estacionamento** – **Aprovação**; =====

===== **Ponto seis:** Minuta de Adenda ao Protocolo de Colaboração com a Associação de Xadrez de Aveiro; =====

===== **Ponto sete:** Cessaçã por mútuo acordo de Contratos de Cooperação com os Agrupamentos de Escolas – **Autorização**; =====

===== **Ponto oito:** Adendas a Acordos de Execução com as Freguesias/Uniões de Freguesias – **Autorização**; =====

===== **Ponto nove:** Grupo Cultural e Recreativo de Ossela – **Pedido de isenção do pagamento das DRI's (Documentos Receita Individual), pela utilização da tela de proteção de piso desportivo** – **Aprovação**; =====

===== **Ponto dez:** Desafetação de área do domínio público para domínio privado municipal – **Aprovação**; =====

===== **Ponto onze:** Junta de Freguesia de Cucujães – **Pedido de Aprovação/Colocação de sinais de trânsito para a Rua de Cabo Verde** - **Aprovação**; =====

===== **Ponto doze:** *Construções Melo & Filhos, Lda. – Pedido de Aprovação/Colocação de sinalização vertical na Freguesia de Nogueira do Cravo;* =====

===== **Ponto treze:** *Constituição do Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna de Oliveira de Azeméis 2018/2022 – Designação de representante;* =====

===== **Ponto catorze:** *Relatório de Avaliação da atividade da CPCJ, relativo ao ano de 2017 – Apreciação;* =====

===== **Ponto quinze:** *Designação de três cidadãos/ãs eleitores/as para integrar a Comissão Alargada da CPCJ de Oliveira de Azeméis;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Área Metropolitana do Porto – Eleição de candidato a novo membro da Comissão Executivo Metropolitana do Porto - Votação; A urna ficará lacrada e o resultado/apuramento da votação será efetuado no dia 26 de fevereiro às 21:00, na sede da Câmara Municipal.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Bruno Armando Aragão Henriques, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, Bruno Miguel da Silva Costa, José Manuel Marques Ribeiro, Raquel Marília Tavares Faria, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Pedro Luís Paiva Dias, Márcia Oliveira Gomes, João Pedro Santos Costa, Carla Sofia da Silva Brandão, Nuno Miguel Soares de Jesus, Rosa Maria de Castro Rodrigues, Simão da Costa Godinho, Bernardo Amaro Moreira Simões, António Marques Silva, Óscar José Santos Teixeira e Manuel Alberto Marques Dias Pereira.* =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *Carlos Manuel Costa Gomes, Albino Valente Martins, António Filipe Valente Almeida Ferreira, António Luís da Fonseca e Grifo, Domingos Baltar Ferreira de Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, José Filipe da Silva Carvalho, João Pedro Queirós Xará, António Ilídio Martins Godinho, Bruno Moreira Rodrigues, José da Silva Queirós, José Rodrigues Santos, Florbela Neves da Silva e Manuel Rebelo da Costa.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *Jorge Paulo de Melo Pereira, Maria Helena da Silva Moreira e Susana Mortágua Gomes.* =====

===== **Independente:** *Augusto Moreira da Silva.* =====

===== A Senhora Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: António Filipe Valente Almeida Ferreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido, Helga Alexandra Freire Correia; João Pedro Queirós Xará que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido, Célia Maria Fernandes Sá, em virtude das mesmas terem solicitado a sua substituição. =====

===== A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início à Sessão declarando: =====

===== “Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, público presente: muito bom dia a todos. Vamos dar início à sessão ordinária da Assembleia Municipal. Antes de entrar na

“Ordem de trabalhos” quero felicitar, em particular, a Presidente da Junta desta União de Freguesias que nos recebeu aqui de forma muito dedicada e simpática. Aproveito, então, para passar a palavra à **Susana Mortágua** para dirigir algumas palavras a esta Assembleia.” =====  
 ===== “Antes de mais dar as boas-vindas. Cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, e na sua pessoa todos os presentes, em especial todos os conterrâneos da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca. É com muita honra que recebemos, nas instalações da Junta de Freguesia, esta primeira Assembleia Municipal descentralizada. Desde já, dar os parabéns à Senhora Presidente por esta iniciativa ao descentralizar estas sessões que, assim, permitem alcançar dois objetivos muito importantes: trazer à assistência e ao debate novos públicos e por outro lado permitir aos membros da Assembleia e ao Executivo Municipal conhecerem as diferentes realidades do nosso concelho, e conhecer melhor o nosso território – ponto essencial, para as tomadas de decisões que aqui são feitas. Esta iniciativa de descentralizar não podia ter começado de melhor forma: esta União de Freguesias é a terceira maior freguesia do concelho em número de habitantes - 7 207 segundo os censos de 2011 e a maior freguesia em área contabilizando no total 32,76km<sup>2</sup>. Isto equivale a mais de 20% da área total do concelho, ou seja, esta União de Freguesias ocupa um quinto da área do concelho. Com a estruturação administrativa agruparam-se três freguesias extraordinárias e com características muito diferentes: Travanca com o seu importante tecido empresarial, temos um dos melhores designers de calçado do país, aqui sediado – Luís Onofre; temos também uma paisagem natural que grande parte dela ainda está por explorar; o parque do Castro na confluência dos dois rios que está integrado no Parque Temático Molinológico, e cuja expansão era muito interessante de se pensar até à Capela de Nossa Senhora da Ribeira, apostando em percursos naturais e na integração dos moinhos ao longo desses percursos. Temos monumentos de referência em Travanca, tais como, a Capela de Nossa Senhora das Flores. Palmaz: a princesa do Caima, com as suas belas paisagens junto ao rio e a sua imensa massa florestal. Entre os seus valores arquitetónicos, temos a Ermida da Senhora da Mó; a Capela de São Gonçalo; mais recentemente o Hotel Vale do Rio e sem esquecer o típico núcleo Vale de Vilarinho de São Luís. Pinheiro da Bemposta, um local com muita história, o lugar mais antigo do concelho. Esta povoação remonta às primeiras décadas do ano mil. O rei D. Manuel atribuiu o Foral em 1514 ao lugar de Figueiredo da Bemposta e o Foral tem por isso mais de 500 anos. Feita esta pequena introdução, relativamente à nossa União de Freguesias, com alguns apontamentos que acho que eram interessantes de evidenciar, queria chamar a vossa atenção para a instalação que se encontra no exterior deste edifício. Trata-se de um tributo aos Ex-combatentes da Grande Guerra – iniciativa do Sr. Manuel Ferreira. Deixo aqui os meus parabéns por esta iniciativa e paixão, um tema que é muito importante estar vivo na memória das pessoas. Mais uma vez, muito obrigada a todos os presentes e votos de uma excelente sessão. Muito obrigada. =====  
 ===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== *“Muito obrigada Senhora Presidente da Junta de Freguesia, pelas suas palavras. Quero deixar aqui uma nota de que eu, efetivamente, dei continuidade a esta descentralização das sessões da Assembleia, mas não foi propriedade minha. Já vinha a acontecer nos mandatos anteriores, e continuo a achar que é uma iniciativa importante e interessante à qual devemos dar continuidade. Vamos, agora, passar ao “1º Período de Intervenção do Público”, como já é habitual, lembrando que esta intervenção inicial prevê um período de quinze minutos e que a segunda parte, no final da sessão, prevê outros quinze minutos.”* =====

=== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** =

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Manuel Ferreira.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Manuel Ferreira**.* =====

===== *“Bom dia Senhora Presidente, Senhor Presidente de Câmara e restantes Membros do executivo, Senhores Presidentes de Junta. Permitam-me identificar como Manuel Ferreira, neto de um Ex-combatente e um apaixonado pela temática histórica da Grande Guerra. Falando em descentralização, este foi um projeto embrionário na freguesia de Carregosa e que esteve para funcionar sempre em Carregosa, mas dada a importância do número de Ex-combatentes identificado até ao momento no concelho de Oliveira de Azeméis – 450, houve a necessidade de descentralizar e avivar a memória, freguesia a freguesia. Agradecer à Senhora Presidente de Junta e à Senhora Presidente da Assembleia que acederam a este pedido, o meu muito obrigado. Dizer o seguinte: ainda temos muito que fazer pela memória dos nossos antepassados, pela memória dos nossos familiares, pela memória dos nossos concidadãos que foram para a Angola, África e Moçambique e que muitas vezes estão esquecidos. Cruzo-me com muitas pessoas no jardim municipal e o monumento de evocação do Combatente da Grande Guerra não lhes diz nada. As lápides que lá estão não lhes dizem nada. Pelos executivos do nosso município muita coisa já foi feita, mas muito mais há para fazer. A iniciativa que hoje está nesta sede de Junta pretende também, mostrar a importância dos animais. Os animais foram aliados do Homem na Grande Guerra, o pombo-correio, o cavalo, o cão, as galinhas... Há que, também, trazê-los a uma memória evocativa. E nós estamos a dias de evocar a Batalha de La Lys e os seus cem anos. Há oliveirenses que perderam a vida nessa batalha, mas pior ainda, há muito que foram feitos prisioneiros. Se acedermos à memória das nossas freguesias podemos ver que muitos foram prisioneiros nos campos de concentração na Alemanha. Há que reavivar essa memória, há que deixar um testemunho de que as memórias podem trazer boas memórias. No caso, concreto, do neto deste Combatente tem uma boa memória: a minha avó correspondia-se com o meu avô com bilhetes-postais do Santuário de Nossa Senhora de Lurdes de Carregosa. Eu tenho dois exemplos no exterior que atestam isso mesmo. Bilhetes-postais do santuário que a minha avó escrevia para o meu avô sobrevivente da Grande Guerra, que os trouxe intactos. São postais de mais-valia, porque têm franquia fiscal e têm carimbos de censura. Nós podíamos ter centenas destes documentos no concelho de Oliveira de Azeméis, inclusive do Parque de La-Salette, mas*

a maior parte deles foram destruídos, como teriam sido na minha família se eu e o meu irmão não déssemos importância ao valor histórico do “papel velho”. Pura e simplesmente teriam sido destruídos. Cesar tem muito bilhete-postal das feiras que eu vejo muitas vezes no lixo. Hoje, para encontrarmos, temos que os procurar nos alfarrabistas, porque tudo que era “papel velho”, as pessoas meteram fora. Em Cucujães, Pinheiro da Bemposta, a mesma situação. Pegando no exemplo do neto de um Ex-combatente, é deixar aqui um repto mais uma vez: vamos fazer com que a memória dos nossos Ex-combatentes não fique esquecida. A minha intervenção é uma intervenção para dizer que há muito que fazer e há que desmistificar a lápide de memória do ex-combatente que está no jardim municipal. Não tenho mais nada a dizer, apenas que estou muito grato pela abordagem que foi possível fazer. Muito mais haveria a fazer/ dizer, mas queria deixar aqui uma referência: não estão colocadas armas no exterior. Mas se repararem estão pás, picaretas e estão enxadas. Para dizer o seguinte: muito depois do fim da guerra os nossos Ex-combatentes, nomeadamente, o meu avô, tiveram que permanecer em França. Para fazer o quê? Para aterrar todos os espaços destinados a trincheira, para que os campos se tornassem novamente aráveis. Para que os seus proprietários pudessem beneficiar novamente do uso da terra. Há que trazermos à memória, não só os nossos Ex-combatentes por terem sido combatentes com armas, mas também para o facto de terem sido trabalhadores árduos com a pá, com a enxada, com a picareta, com o corta-aramé e com muitos outros utensílios. Dou por terminada a minha intervenção e desejo que todos quando daqui saírem para as suas freguesias, levem esta dinâmica.”

=====  
 ===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====  
 ===== “Não sei se alguém da Assembleia tem necessidade de colocar alguma questão? Para mim é uma novidade e muito interessante, quero dar os parabéns a este cidadão, pela iniciativa. Muito obrigada, Senhor Manuel Ferreira. =====

=====  
 =====**INFORMACÕES GERAIS**=====

=====  
 ===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====  
 Passo a informar esta Assembleia que a deputada Helga Correia apresentou uma justificação para a sua ausência e está a ser substituída por António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira; também a deputada Célia Maria Fernandes Sá não pôde estar presente e fez-se substituir pelo deputado João Pedro Queirós Xará. Quero, também, informar que me foi comunicado pelo Senhor Presidente da Junta, o Independente - Augusto Moreira, que se apresenta como grupo municipal com elemento único. Temos aqui também um pedido de um voto de pesar apresentado pelo grupo municipal do PS, e que eu passo a citar: “Os membros da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Carlos Silva e Sousa que, na sua vida pública, desenvolveu um reconhecido papel enquanto autarca no Município de Albufeira, nos seus mandatos como Presidente da Assembleia Municipal e atualmente como Presidente da Câmara Municipal. Carlos Silva e Sousa foi ainda deputado à Assembleia da República. Num momento sempre difícil, mais ainda pela sua natureza repentina, endereçamos à sua família sentidas

condolências, mas também ao Município de Albufeira e ao Partido Social Democrata, onde sempre convictamente militou.”=====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à admissão e votação o voto de pesar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. =====

===== A Assembleia Municipal fez um minuto de silêncio. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu com a sua intervenção: =====

===== “Informava, ainda, que solicitei tal como está previsto no nosso Regimento, informação ao Senhor Presidente da Câmara, se foi dada resposta às questões colocadas pelo cidadão Senhor Leonel Martins na sua intervenção. Dizer-vos que obtive resposta do Senhor Presidente, dizendo: “Face ao solicitado infra, venho informar que o cidadão Leonel Martins, no passado dia 15 de janeiro do corrente ano, foi notificado das questões colocadas em sede de Assembleia Municipal, bem como foi ainda notificado do despacho proferido pela Senhora Vereadora Ana de Jesus aos requerimentos por ele apresentados no processo com a referência PI/825/2015.” Dizer-vos ainda, que este pedido foi feito com o conhecimento da Senhora Vereadora Ana de Jesus.” =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”, concedendo o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====

===== “Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados Municipais; Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores; Senhoras e Senhores Colaboradores Municipais; Senhoras e Senhores Membros da Comunicação Social; Oliveirenses: A poluição é um mal crescente das civilizações modernas, um preço elevado do progresso que arruína o equilíbrio natural e a qualidade de vida das populações. Entre elas está a poluição dos meios aquáticos pondo em causa todo o tipo de vida pois que sem o precioso líquido não pode haver vida sobre a terra. Vem este intróito a propósito do estado dos nossos rios que já foram correntes límpidas e cristalinas a convidarem um banho despreocupado quando, no verão, o calor apertava. Infelizmente hoje a realidade é bem mais negra. Os rios Ul, Antuã e Caima, as três principais linhas de água que atravessam o nosso concelho, apresentam frequentemente uma cor escura, de vez em quando camadas de espuma, em muitas ocasiões exalando um cheiro nauseabundo. No verão, quando os caudais diminuem de forma mais acentuada, em particular no Caima, já têm aparecido cardumes de peixes a boiar... Mas a situação que mais tem alarmado a população é a presenciada no rio Ul junto ao Parque Temático Molinológico onde a visibilidade é maior devido à maior afluência de pessoas que ali procuram desfrutar da natureza. Já aconteceu em plena concentração do “Há Festa na Aldeia” passar uma “maré negra” e deixar todos aterrados com o espetáculo. Noutras alturas de menor afluência, porventura na presença de forasteiros muito bem impressionados com a limpeza e asseio do espaço, lá está o contraste daquelas águas poluídas para desvalorizar o parque. Há

*dias a comunicação social fez eco de uma visita de deputados aveirenses da Comissão de Ambiente da Assembleia da República, que constataram a realidade dos nossos rios e a transportaram ao Senhor Ministro do Ambiente, interpelando-o sobre a necessidade de intervir. Senhor Presidente da Câmara, aqui como em qualquer parte do globo os problemas ambientais não são de fácil resolução e estamos certos que estarão entre as suas prioridades. Mas também queremos que saiba que estamos aqui para dar o nosso contributo, gerar consensos na busca de soluções. Estas preocupações são matéria que nos une. Pois bem, não estão identificados todos os focos poluidores dos nossos rios mas, de entre eles, não andaremos longe se apontarmos três como sendo os principais: o primeiro são as criminosas descargas clandestinas; em segundo lugar o encaminhamento indevido da rede de saneamento existente para as linhas de água sem qualquer tratamento; por último o mau funcionamento das duas ETAR's (Santiago de Riba-Ul e Ossela). Partindo deste diagnóstico constata-se duas medidas corretivas em vias de implementação e uma terceira que urge pôr em marcha. Assim, para tratar o saneamento que corre para as linhas de água indevidamente, teve início recente a construção da ETAR de Ul para onde se dirigirão vários emissários a construir, os quais hão de recolher as redes já existentes e outras a lançar. Quanto à atualização das ETAR's de Santiago de Riba-Ul e Ossela, já bastante obsoletas, a respetiva proprietária, a Associação de Municípios Terras de Santa Maria, vai investir quase dez milhões de euros em obras cujo contrato já foi assinado. Finalmente, para as descargas clandestinas, essas que podem ser responsáveis pelos maiores picos de poluição que se sentem periodicamente, só com grande ação fiscalizadora, firmeza e mão pesada se pode desencorajar os prevaricadores. Nesse sentido, porque cabe ao Ministério do Ambiente a fiscalização e porque a autarquia não tem os meios necessários, urge sensibilizar o Governo Central para que exerça as suas competências. Os nossos rios não têm a dimensão nem a visibilidade do rio Tejo. Felizmente também é incomparável o tamanho dos nossos problemas, o que não significa menos preocupação quando em causa está sempre a qualidade de vida das nossas populações. Muito Obrigado.”* =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl – **Alberto Pereira** que prescindiu da palavra. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Roque – **Amaro Simões**. =====

===== “Bom dia Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários; Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Técnicos; caros colegas Presidentes de Junta com um carinho muito especial à Presidente Susana Mortágua, Comunicação Social, público presente. Dois pequenos apontamentos: Esta semana a INDAQUA deu início à implantação do intercetor de águas residuais da freguesia de São Roque e que vai permitir a ligação à estação de tratamento dos coletores de saneamento de grande parte das freguesias de São Roque e Nogueira do Cravo. Para breve estará no terreno o intercetor norte que se há de prolongar de Samil até Cesar, permitindo que todos os ramais implementados na freguesia beneficiem de

*tratamento deixando de contaminar as linhas de água, particularmente o Rio Ul. As pessoas e o meio ambiente muito agradecem. Trata-se de dois pequenos ramais, cujo retorno de investimento será rapidamente reembolsado. Não dá para entender porque nos fizeram sofrer tanto tempo. Mesmo assim metade da freguesia (parte sul) continuará a não beneficiar desta infraestrutura básica e indispensável tendo de recorrer ao arcaico serviço de cisternas que as Juntas, a muito custo (leia-se prejuízo), vão mantendo. Um apelo/ sugestão: Atrevo-me a sugerir que, sempre que possível, quando os Senhores Vereadores se deslocam às freguesias em serviço de representação da Câmara procurem articular com o/ a presidente da junta. É um pormenor que mostra sensibilidade, pois gostaria que não fizessemos aos outros aquilo que ostensivamente nos faziam a nós, sublinho ostensivamente e em representação da Câmara. Porque os presidentes de junta sabem distinguir, compreender e relativizar as situações. Também nestes procedimentos poderíamos introduzir alguma prática, uma prática mais respeitadora e amiga das freguesias. Tenho dito.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Filipe Carvalho**, do PSD. =====*

*===== “Bom dia a todos, Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários; Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, pinheirenses em particular. Três breves notas: O PSD congratula-se com a iniciativa levada a efeito sobre o desporto adaptado. A decisão do executivo camarário trazer para Oliveira de Azeméis este tipo de desporto de modo especial revela a sua atenção para o desporto, por isso registamos com agrado a iniciativa. Todavia, Senhor Presidente gostaria de interpelar vossa excelência no sentido de, existindo em Oliveira de Azeméis a Cerciaz saber se esta instituição foi contactada para participar como parceira na organização do evento. Destacar, também, o feito do NAC que através da sua equipa de atletismo no escalão de veteranos almejou 25 medalhas de ouro e consagrou-se campeão distrital de Aveiro na modalidade. Parabéns aos atletas, à direção e a todos os técnicos do NAC. Continuando no desporto, e no atletismo em particular gostaríamos de deixar uma palavra de apreço e reconhecimento pelo trabalho que tem sido realizado pela Associação Villa Cesari e no âmbito desta modalidade nos escalões de formação. Resultados quer individuais quer coletivos dos atletas da equipa Villa Cesari/ Flama têm sido demonstrativos da aposta formativa e técnica dos seus atletas. Registamos também, a realização da décima nona edição da Prova de Atletismo de Cesar, bem como, a participação de mais de mil e duzentos atletas, sendo esta já um ex-líbris do concelho no que diz respeito à prática desportiva. Parabéns a todos os membros da Villa Cesari.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

*===== “Bom dia Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Apresento os meus cumprimentos e na sua pessoa permita-me que cumprimente todos os presentes e em especial a Senhora Presidente da União de Freguesias e todos os fregueses do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz. O tema que trago aqui, hoje, é curto, mas um pouco*

*desagradável pelo menos no meu ponto de vista. Senhora Presidente da Assembleia Municipal e Senhor Presidente da Câmara Municipal: tanto se tem falado, nos últimos anos, sobre a concessão da água pública e do saneamento básico a uma empresa privada de nome INDAQUA... Não venho, hoje, aqui trazer à sessão se essa concessão foi bem ou mal feita, mas sim dar conta de procedimentos que esta empresa está a ter com os seus munícipes – pouco transparentes e eticamente reprováveis. Na verdade, um munícipe solicitou à empresa INDAQUA um pedido de orçamento para uma eventual ligação de água à sua residência. Essa solicitação deveu-se ao facto de que o ramal de ligação mais próximo da residência desse munícipe se encontrar a algumas dezenas de metros, talvez uma centena de metros. A INDAQUA solicita vários documentos ao munícipe, o qual nos fez chegar em mãos os mesmos, estranhamente após o fornecimento da documentação solicitada pela INDAQUA: dados pessoais, caderneta predial; o munícipe recebeu nova solicitação a 17 de janeiro de 2018 nos termos que passo a citar: “Bom dia. Em relação ao e-mail enviado por vossa excelência a 2 de janeiro de 2018, o qual mereceu a nossa melhor atenção informamos que para efetuarmos o orçamento para ampliação da rede é necessário, também, juntar os documentos anexos devidamente preenchidos e assinados. -Pedido de celebração de contrato; - Pedido de execução de ramal. Aguardamos o seu envio para agirmos em conformidade. Com os melhores cumprimentos.” – fim de citação. Ou seja, obrigam o munícipe a assinar um contrato antes mesmo de saber o valor/ custo da ligação. Senhor Presidente tem conhecimento deste procedimento por parte desta concessionária? Parece-me, como disse anteriormente, que são procedimentos pouco transparentes. Muito menos éticos, para quem presta um serviço público... Criando desde logo um clima de desconfiança aos oliveirenses perante tal tratamento. Este munícipe em questão não será certamente cliente da INDAQUA, só e apenas só se for obrigado a isso. Num segundo caso: um munícipe alertou para o facto de estar a ser intimado pela INDAQUA de Oliveira de Azeméis a efetuar a ligação à rede pública de uma propriedade sua na Rua do Cocho em Avanca – Estarreja. Senhor Presidente isto tem alguma explicação? Se poder responder, gostaria de saber se tem conhecimento destas questões e até que ponto isto pode ou não ser aceitável. Muito obrigado.”*

=====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====  
 ===== “Muito bom dia a todos. Cumprimentar em primeiro lugar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e os elementos da Mesa que a acompanham. Cumprimentar, naturalmente, os Senhores membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz – Susana Mortágua e na sua pessoa, todos os autarcas e população desta Junta de Freguesias. Cumprimentar a Comunicação Social, os colaboradores da autarquia. Relativamente à intervenção do Senhor **Manuel Ferreira**: agradecer-lhe a explicação que nos deu e o esforço e a paixão que tem dedicado a perpetuar a memória do seu avô, mas também, a homenagear todos aqueles que participaram nesta Grande Guerra Mundial e dessa forma dar um excelente contributo para

manter viva esta memória. É uma memória que deve ser coletiva, e portanto, dizer-lhe apenas que saúdo essa resiliência e trabalho. Eu já conheço a exposição, já tivemos a oportunidade de falar sobre isto e aquilo que eu lhe posso dizer é que, por parte da autarquia, existe toda a disponibilidade para continuarmos a fazer este trabalho de divulgação mas em simultâneo, de homenagem a todos aqueles que num dado momento da nossa história, desempenharam um papel absolutamente fundamental e muito difícil. Julgo que é absolutamente inimaginável para nós tentarmos perceber aquilo que foram aquelas vivências e dificuldades, pelas quais todos aqueles combatentes passaram. Este trabalho merece-nos toda a vénia, toda a homenagem e aquilo que eu lhe peço é que continue a fazê-lo, porque esse esforço faz todo o sentido e estende-lo às gerações mais novas que devem conhecer aquilo que foi a nossa história e os contributos dos nossos combatentes e, neste caso concreto, os combatentes oliveirenses. Em relação às questões que aqui foram colocadas e começando por dar resposta ao Prof. **Albino Martins**: é um facto que os nossos rios já foram correntes de água límpida e cristalina, infelizmente hoje não podemos dizer o mesmo. Os nossos três cursos de água, que referiu, são os mais importantes que temos no concelho e estão efetivamente em mau estado e as razões já foram aqui identificadas. Eu agradeço o contributo e a disponibilidade do PSD e de todos para a resolução deste problema que não é um problema de resolução fácil. Se fosse de resolução fácil já estaria resolvido. Aquilo que importa é darmos os passos que são necessários para que seja possível a sua resolução e os passos têm sido dados... Nós já reunimos duas vezes com o Ministro do Ambiente, porque há aqui um conjunto de componentes que foram identificados mas, a mais importante de todas é a questão da execução da rede de água e saneamento. Enquanto tivermos uma taxa de tratamento de 22,5% é evidente que a grande maioria das águas residuais que são produzidas no nosso concelho não têm tratamento. E não tendo tratamento todos nós percebemos qual é o destino que lhes é dado e assim percebemos também, que os nossos cursos de água não são correntes de águas límpidas e cristalinas, mas sim correntes de água fortemente afetadas. Essa é uma preocupação a que nós estamos atentos e que vamos tentar resolver, sendo certo que estamos a falar de um esforço financeiro de muitas dezenas de milhões de euros que é absolutamente incomportável em um, ou mais orçamentos. Portanto, teremos aqui, necessariamente, que estudar outras vias, o que já estamos a fazer num quadro de concertação e negociação com a INDAQUA onde estamos a procurar soluções para este plano. Falou aqui e bem, de uma questão que é a desatualização das nossas duas ETAR's. Eu digo nossas, porque o Município de Oliveira de Azeméis faz parte da estrutura que gere em alta estes dois equipamentos que é a Associação de Municípios Terras de Santa Maria e aquilo que nós temos é um plano de intenções e um contrato que está assinado, mas não está feita ainda a adjudicação do empreiteiro. E que prevê um investimento em obras, não de 10 milhões de euros como referiu, mas um investimento de cerca de 4 milhões de euros em obra, porque num investimento de 9,5 milhões de euros - 5,5 milhões de euros, são para a contratualização do serviço de gestão e exploração das ETAR's durante sete anos. Em obra temos apenas 4 milhões e esses 4 milhões são distribuídos de duas formas: cerca de 2,2 milhões na requalificação das

*ETAR's e cerca de 1,8 milhões de euros na substituição de 15 km de emissários que ainda são em grés. Portanto são emissários muito antigos e que estarão, eventualmente, fissurados em alguns pontos da sua extensão e que permitem caudais indevidos que importam resolver, porque estamos a falar de caudais que são tratados e pagos desnecessariamente. Agora, este problema que temos estudado e diria quase semanalmente, tem um outro tipo de impacto. Como não existe nenhuma candidatura a fundos comunitários para este investimento, isto traduz-se em um aumento do custo do tratamento das águas residuais, e falo só no caso concreto do Município de Oliveira de Azeméis que nos interessa particularmente e significa a passagem do custo do tratamento de sete cêntimos para os vinte e cinco cêntimos. Portanto, estamos a falar em mais do que triplicar o custo do tratamento das águas residuais, o que tem uma implicação naquilo que é o contrato de concessão que temos com o privado. Naturalmente que isto tem uma implicação fortíssima naquilo que é o tarifário que é pago pelos munícipes oliveirenses. Aquilo que estamos a fazer é a estudar este contrato, que realmente é o contrato que está firmado desde junho de 2017 a procurar reduzir estes vinte e cinco cêntimos e assim reduzir este impacto do aumento excepcional do tarifário. Tivemos a oportunidade de nos deslocarmos a Lisboa ao POSEUR, no sentido de percebermos se teríamos oportunidade num aviso futuro, de fazermos uma candidatura a esta componente das obras. E uma candidatura que fosse possível apenas para entidades gestoras em alta que é isso que é a Associação de Municípios Terras de Santa Maria. O quadro em que nós estamos a operar é basicamente este...É evidente que nós temos aqui a questão da fiscalização, e muitas destas descargas ilícitas são feitas durante a noite e são tremendamente difíceis de detetar e de inspecionar mas, obviamente que há aqui e nós não fugimos das nossas responsabilidades, tripartida, entre a ETA, o Ministério do Ambiente e a Câmara Municipal. Estas três entidades têm a obrigação de procurar atenuar este problema das descargas ilícitas e de fazerem tudo o que está ao seu alcance para evitar que os nossos cursos de água continuem a ser vandalizados por estas atitudes infratoras e irresponsáveis. Temos conversado com as entidades e não é nada fácil detetar quem faz as descargas, evidentemente que quem as faz, toma todas as precauções. Temos localizados alguns potenciais infratores, estamos atentos, particularmente atentos a esses casos e vamos procurar dentro do enquadramento legal ter “mão dura” com quem tiver esse tipo de práticas. Agora digamos com toda a frontalidade que caracteriza este executivo, este não é um problema fácil, mas é seguramente grave e que tem que merecer de todos nós uma atenção particular, porque este problema é mais fácil se nós tivermos uma voz única e forte na defesa dos nossos interesses, na sensibilização da tutela para a necessidade de resolver esta situação num concelho que é um forte contributo para aquilo que é a riqueza nacional. Até ao momento não perdemos a visita de nenhum responsável do Governo, mesmo que a sua área não tenha rigorosamente nada a ver com esta, para o sensibilizar e procurar que ele sensibilize os seus colegas de executivo no sentido de perceber que o Município de Oliveira de Azeméis e todos os municípios que têm este tipo de problema, tenham respostas objetivas por parte dos fundos comunitários para que ultrapassemos isto. Em relação às questões aproveitaria, uma vez que estamos a falar da*

*INDAQUA, para responder também, à intervenção do Senhor Deputado **Jorge Pereira**, para lhe dizer: Nós desconhecemos essas práticas por parte da INDAQUA. A INDAQUA é uma empresa privada, tem regras que estão previstas no caderno de encargos e essas regras, naturalmente, não incluem o tratamento pouco ético aos municípios, muito pelo contrário...Exigem a esta empresa comportamentos éticos e adequados, padrões de qualidade claramente definidos, não só nas respostas que dá, mas no tratamento das reclamações que recebe. Portanto, eu quando ouço esse tipo de notas, claro que não fico nada satisfeito, nem me revejo nesse tipo de práticas. Naturalmente que faremos chegar à INDAQUA o nosso descontentamento em relação a esse tipo de comportamentos e abordagens aos municípios oliveirenses que devem merecer por parte da INDAQUA todo o respeito, porque são eles que pagam a atividade INDAQUA. Eu posso dar uma nota que é a seguinte: sabem que os municípios são obrigados a ligarem-se à rede de água e saneamento desde que ela esteja disponível e se ela estiver disponível a menos de vinte metros a INDAQUA assegura o ramal de ligação. A partir daí existe um valor definido por metro linear para a execução do ramal de ligação, caso o município assim o entenda ou prefira fazer. Esse valor, na nossa opinião, e não temos nenhum problema em dizê-lo, consideramos exagerado. É muito difícil os municípios quando confrontados com a verba que têm que despende, fazerem essa ligação. É evidente que quando as taxas de adesão são baixas, o tarifário não baixa e todos nós acabamos por sofrer com isso. Naturalmente todos os investimentos que fazemos na disponibilização de infraestrutura não são devidamente rentabilizados, porque não temos a taxa de adesão que precisamos para que as águas residuais sejam tratadas. Nós temos rede e não temos as pessoas a aderir, o nosso problema mantém-se. Nós estamos a trabalhar com a INDAQUA a possibilidade de sermos mais flexíveis naquilo que está definido e a possibilidade de não ter que ser a INDAQUA a fazer esses ramais, mas poderem ser os particulares a fazê-lo aos preços que conseguirem negociar/ contratualizar com os seus fornecedores desde que a fiscalização e os materiais utilizados (o que percebemos) sejam por um lado validados pela INDAQUA e que a fiscalização do que está a ser feito seja pela INDAQUA. Isso seria um passo substancial, permitiria que muitos municípios fizessem as ligações que hoje não podem fazer, porque os preços são altíssimos. Esse é um trabalho que estamos a fazer, julgo que vamos conseguir sem grandes problemas a anuência da INDAQUA a este tipo de resposta e com isto nós também facilitaremos um pouco o trabalho dos municípios. Agora, para terminar, em resposta àquilo que disse, estamos de acordo e não nos atrevemos nesse tipo de abordagens e respostas que são dadas aos municípios, faremos chegar à INDAQUA nota disso mesmo. Em relação à intervenção do Senhor Presidente de Junta de Freguesia - **Amaro Simões**, sobre a questão do interceptor de São Roque: o interceptor de São Roque é uma obra que se insere no plano de investimentos da concessionária que neste momento, e há que reconhecê-lo, está a ser feito, a todo o gás naquilo que é a concretização no plano de investimentos. Tudo aquilo que são as grandes obras, nomeadamente, a ETAR de Ul e todos estes interceptores estão a avançar a um excelente ritmo – os reservatórios, etc. Tudo está a avançar a um excelente ritmo e aquilo que foi uma relativa inércia no passado e um claro incumprimento daquilo que estava previsto e*

plasmado no plano de investimentos, está hoje a ser feito a um ritmo que nós apreciamos. Portanto, nessa perspectiva o que vai acontecer é que tudo o que estava referido no plano de investimentos vai ser concretizado e vamos procurar recuperar o atraso que temos tido. Em relação à nota que deu sobre a deslocação dos Vereadores às freguesias em serviço de representação: este executivo procurará dar sempre esse tipo de resposta, porque a atenção que nos merecem os presidentes de junta a isso obriga, se acontecer não é uma falha propositada e a acontecer pedimos antecipadamente desculpa. Teremos essa preocupação e para o futuro, sempre que for feita uma deslocação dos Vereadores, do próprio Presidente de Câmara ou até a própria Presidente da Assembleia, serão informados os presidentes de junta. Em relação à intervenção do Senhor Deputado **Filipe Carvalho**: fez referência aqui a uma série de eventos e entidades. Felizmente é fácil caracterizar o nosso movimento associativo e adjetivá-lo pela positiva, porque efetivamente é brilhante o trabalho que o nosso movimento tem feito e é sem dúvida uma das grandes referências que temos no concelho. Temos algumas debilidades mas, claramente, o nosso movimento associativo está no outro lado da análise. No lado da capacidade, no lado da afirmação e valorização do nosso território, portanto o NAC, a Villa Cesari e todas estas entidades que promovem estas atividades desportivas, conseguindo feitos desportivos extraordinários, têm sido e foram sempre claramente elogiadas no passado e vão continuar a sê-lo. Porque o trabalho que desenvolvem é realmente extraordinário e merece o nosso reconhecimento permanente. Em relação aos casos que citou: o NAC já não nos surpreende muito, porque presenteia-nos regularmente com feitos desportivos assinaláveis, sobretudo quando conhecemos os recursos que dispõe e até as debilidades das suas infraestruturas. No caso concreto desta organização de desporto adaptado que tivemos no nosso concelho, não é a primeira vez que se realiza. Foi uma atividade interessantíssima, eu tive a oportunidade da parte da tarde de assistir às provas e jogos e fiquei claramente surpreendido com a qualidade dos executantes. Nós temos uma ideia completamente errada do seu desempenho, estamos a falar de jogadores muito competitivos e alguns deles com muito profissionalismo até. Foi uma prova interessantíssima, porque aquilo que é mais agradável para nós é ver a alegria e satisfação de toda aquela gente. Alguns mais novos, outros menos jovens, mas todos igualmente felizes e satisfeitos por terem convivido uns com os outros e por terem a experiência da competição. A CERCIAZ não foi convidada, porque a organização não é da Câmara Municipal, somos apenas parceiros, assim como não foram convidados nenhum clube de futsal de Oliveira de Azeméis para participar. Nós não nos imiscuímos na organização, julgo que não o fizemos agora, mas também não o fizemos no passado. Aquilo que nós estamos disponíveis para fazer é lançar um desafio à CERCIAZ para que na próxima organização participe com uma equipa de futsal nossa para podermos procurar ser os campeões do torneio. Portanto, obviamente que este tipo de iniciativa, vai continuar a merecer o apoio da autarquia. Uma iniciativa que faz todo o sentido, uma iniciativa que embora não traga uma grande notoriedade ao concelho, traz uma enorme satisfação pessoal a todos nós, e é isso que é importante na maioria dos casos. Está de parabéns o Senhor Vereador do Desporto, quando

*abraçou imediatamente esta iniciativa e quando procurou dar o eco que foi possível. Está também de parabéns à ANNDI por trazer esta iniciativa e procurar que ela se estendesse a todos os concelhos permitindo que nós conheçamos mais de perto esta realidade e que tratemos, hoje, muito melhor do que tratamos no passado. Julgo que dei resposta a todas as questões que foram colocadas.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Rodrigues**, do PSD. =====*

*===== “Senhora Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, Caros Deputados, público aqui presente, comunicação social: Bom dia a todos. Num período em que as taxas de natalidade batem recordes negativos, em que a pirâmide etária se está a tornar completamente envelhecida e em que o êxodo dos jovens para os grandes centros urbanos se está a tornar uma ameaça, as políticas públicas direcionadas para a fixação dos jovens nas suas cidades deve ser uma prioridade. Os jovens gostam de divertir-se, os jovens gostam de sair à noite durante os fins de semana. Uma cidade que não consiga oferecer isso, arrisca-se a ficar para trás e a ser trocada por outras que tenham essa oferta. Essa realidade está a acontecer na nossa cidade. A recente intransigência das autoridades para com os horários de fecho dos estabelecimentos de diversão noturna está a tirar jovens da nossa cidade ao fim de semana. Os bares estão mais vazios e os restaurantes estão a perder reservas para jantares de grupo pois os jovens preferem ir para cidades onde possam prolongar esses jantares pela noite fora. Como sabemos, existe um regulamento autárquico para a definição dos horários dos estabelecimentos noturnos que se encontra obsoleto. Congratulo o executivo autárquico por demonstrar interesse em resolver esta questão e por já ter encetado os procedimentos para a criação de um novo regulamento para ultrapassar este problema. No entanto, peço-lhes para o bem da nossa cidade, que sejam céleres na elaboração desse novo regulamento. Gostava de perguntar ao executivo se enquanto o regulamento não estiver elaborado e aprovado não seria possível encontrar uma solução temporária para permitir que os bares que costumavam ter as extensões de horário até às quatro da manhã, possam continuar com esse horário. Obrigado.”=*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Ana Neves**, do PSD. =====*

*===== “Bom dia a todos: Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, público em geral, colaboradores da Câmara e comunicação social. O Grupo Ferpinta alavancou o projeto solidário “Abraço de Ferro” que visa levar material escolar até cinco mil crianças de Maputo, Moçambique, contribuindo assim, para a qualidade de ensino daquelas crianças. Mais de doze mil quilómetros separam a freguesia de Carregosa de Maputo, mas a solidariedade não conhece fronteiras. Portugal é absolutamente um país solidário. Sem dúvida este será um projeto de sucesso, pois ajudar é sem dúvida a forma mais bonita de partilhar o amor pelo mundo. Parabéns ao Grupo Ferpinta por esta iniciativa. No passado dia 13 do corrente mês, mais uma vez os foliões saíram pelas ruas da cidade de Oliveira de Azeméis, com o seu já tradicional*

*curso carnavalesco. Como tem sido hábito, a atividade é da responsabilidade da FAMOA. Um carnaval com traços marcados de entrudo popular. É uma festa para interpretar outras personagens, para esquecer regras, dentro do bom senso e deixar vir ao de cima o seu eu mais atrevido. Foi um carnaval cheio de cor, alegria, animação e originalidade. Mais de oitocentos foliões de diversas associações e grupos do concelho deram asas à imaginação e espalharam a magia do carnaval pelas ruas, sob o olhar atento de milhares de espectadores. O movimento associativo do concelho de Oliveira de Azeméis é de facto um movimento extraordinário. Um bem-haja a todos os grupos e associações que participaram no Carnaval 2018 e também à FAMOA.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Rui Rocha**, do PS. =====*

*===== “Sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia, Dra. Helena Santos. Quero desde já transmitir a minha enorme satisfação pela realização desta sessão da Assembleia Municipal na União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz. Estou certo que, tal como eu, todos os pinheirenses, travanquenses e palmacenses partilharão do mesmo entusiasmo e alegria pela proximidade e possibilidade de partilha de problemas e sugestões que nos é permitida através da realização desta sessão da Assembleia Municipal na nossa união de freguesias. A união de freguesias onde estamos a realizar esta sessão desenvolve-se ao longo de uma área de aproximadamente 33 Km<sup>2</sup>, sendo uma parte considerável da mesma ocupada por zonas florestais. Com a entrada em vigor da nova alteração do Decreto-Lei 124/2006 de 28 de Junho e, a imposição de limpeza das faixas de gestão de combustível até ao próximo dia 15 de Março, instalou-se um clima de nervosismo em grande parte daqueles que são proprietários de terrenos florestais, e não só. É certo que, estamos a falar de regras que deveriam estar a ser respeitadas, pelo menos desde 2006, mas que por vários motivos não foram levadas a cabo por grande parte daqueles que as deviam cumprir e fazer cumprir. Como deputado eleito pelos oliveirenses cabe-me zelar pelos seus interesses e procurar alertar o executivo das suas necessidades e dúvidas. E assim sendo, preocupam-me neste contexto três vertentes específicas, a informação, a capacidade e as características físicas do terreno. No que respeita à informação preocupa-me a dificuldade de acesso e interpretação da legislação existente. Por tudo o que me vai sendo transmitido no contacto com a população, não creio que os cidadãos comuns Oliveirenses consigam, de forma clara, extrair da leitura da legislação existente todas as nuances das regras a respeitar. No que concerne à capacidade preocupa-me de sobremaneira o reduzido poder financeiro de grande parte dos oliveirenses detentores de terrenos florestais. Mais ainda me preocupam os oliveirenses que, não tendo poder financeiro e sendo proprietários deste tipo de terrenos, se encontram em idade avançada da sua vida não tendo como tal energia suficiente para eles próprios executarem as regras impostas. Já em relação às características físicas do terreno suscitam-me imensas dúvidas a possibilidade de acesso a parte das denominadas faixas de gestão de combustível. Temos terrenos com acidentes geográficos e topográficos acentuados que*

tornam difícil qualquer tipo de intervenção. Conjugando todas estas dificuldades não se vislumbra um cenário muito favorável à concretização de parte dos intentos da legislação referida, sem haver um apoio efetivo do poder autárquico. Pergunto Senhor Presidente, de forma simples e concreta, como tem a Autarquia lidado com esta matéria e que ações se encontram previstas? De que forma o tem feito? Tem sido eficaz? Que apoio tem sido dado às juntas de freguesia, sendo elas as principais vias de comunicação com as populações? Estudou ou promoveu a Autarquia algum tipo de apoio humano ou mecânico no sentido de apoiar os oliveirenses sem capacidade, financeira ou física, para cumprir as regras impostas? Tal como disse o professor Bento Gonçalves da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, num debate recente, esta área carece de três ações, educar, ordenar e ter juízo (na forma como se legisla). Não sendo esta última da responsabilidade da Autarquia e, agindo no presente a pensar no futuro, sugiro Senhor Presidente esforço e dedicação na atuação nas restantes duas, Educar e Ordenar.”

=====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Carlos Costa Gomes**, do PSD. =====

=====  
 ===== “Bom dia Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados, Senhores presidentes de junta, funcionários da autarquia, público presente, Comunicação Social. Em primeiro lugar gostaria de cumprimentar a Senhora Presidente da União de Freguesias em que nos reunimos e recordar, Susana Mortágua, que nesta terra milenar, há mais de 900 anos houve aqui um grande e importante acontecimento. Aqui, e, Figueiredo da Bemposta anteriormente sede de município que se faz um encontro extremamente importante com a entidade que é hoje a Diocese do Porto. Esse encontro entre os Ministro – D. Hugo de Coimbra e D. Gonçalo de Braga, ainda antes da nacionalidade portuguesa definiu aquilo que hoje consideramos os limites da diocese do Porto. Portanto, é um marco histórico na história do Pinheiro da Bemposta. Um cumprimento especial aos pinheirenses e aos restantes elementos desta união de freguesias por esta iniciativa. Senhora Presidente, o PSD, congratula-se com a iniciativa de levarmos adiante estas sessões temáticas. Aliás, por falarmos em sessões temáticas, dar aqui foco da intervenção do Deputado Rui Rocha, uma vez que da parte da tarde iremos trabalhar nestas questões da proteção civil, onde serão abordadas estas temáticas. Espero que seja do interesse de todos nós, uma vez é uma preocupação geral, aliás depois de tudo o empenho aqui depositado e em abordar temáticas de interesse para o nosso concelho, como o ambiente, a economia local – recordando a visita do Senhor Ministro da Economia, a área da justiça ponde é importante ter um pensamento estratégico, a saúde, educação e área social que são prioridades que nos devem orientar a todos para o bem comum dos oliveirenses. Uma palavra de agradecimento ao senhor Manuel Ferreira, pelo trabalho que tem desenvolvido ao longo do tempo para trazer à memória os nossos Ex-combatentes. Falando em educação, Senhora Presidente, gostaria de referir aqui a evolução muito positiva da Escola Superior de Enfermagem de Oliveira de Azeméis que conseguiu trazer a este concelho um valor acrescentado de quase duas décadas a formar

profissionais de enfermagem. Uma entidade de ensino superior que tem sido um bom exemplo, como tem sido de igual forma a Escola Superior Aveiro Norte na área da tecnologia. Esta escola, hoje, já não é uma escola de enfermagem, é uma Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa em Oliveira de Azeméis, e tem agora um conjunto de serviços disponíveis para a comunidade e para os alunos quer na prática clínica quer na prática da investigação. Oferecendo, também, aos alunos e aos profissionais da saúde que queiram inscrever-se nos cursos desta escola superior, uma simulação de treino de competências. Foram investidos 1,5 milhões de euros nesta escola, e aqui, queria salientar o esforço que tem sido feito pela escola na pessoa do seu diretor – Professor Henrique Pereira e equipa e a todas as oliveirenses que acreditaram neste projeto. Portanto, hoje, podemos dizer com orgulho que o concelho de Oliveira de Azeméis para além da sua pujança económica, empresarial, comercial, desportiva e social, é também um concelho na linha da frente no que diz respeito ao ensino superior. Isto, como sabemos, não se consegue em dias – leva anos a concretizar. Já agora, Senhor Presidente, o PSD quer deixar uma palavra de apreço aos empresários de Oliveira de Azeméis que continuam a fazer investimento privado ainda que em contra-ciclo com o investimento público. É verdade que o agravamento fiscal com impostos e taxas indiretas que o governo português tem criado, os nossos empresários vão ultrapassando assim com uma capacidade empreendedora – o nosso tecido empresarial tem investido. Enquanto os privados fazem investimento, o investimento público é quase nulo. Senhor Presidente, o concelho deve prosseguir uma política fiscal atrativa que fomente o aparecimento de novas unidades industriais que potencie o comércio local e tradicional, mas que também o comércio inovador e inteligente. Políticas fiscais que sejam capazes de assegurar e agregar famílias oliveirenses em vez de as separar, e isto só acontece se tivermos uma economia forte voltada para as nossas empresas. Onde há trabalho há prosperidade e bem-estar – o que todos queremos. Já agora, permitam-me deixar aqui uma palavra para o deputado Bruno de Aragão recentemente eleito Presidente da Comissão Política do PS oliveirense e cumprimentar toda a equipa. Nesta edição felicita-lo, também, pela clarificação do papel da Comissão Política na intransigência das suas palavras que refletem em separar a ação política do executivo. A sua posição reflete liberdade de espírito e reação, obrigado.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== “Bom dia a todos. Sintam-se naturalmente, cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal e ainda de uma forma particular na pessoa da Senhora Presidente da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz – Susana Mortágua, muito obrigado por nos receber neste primeiro esforço, numa Assembleia Municipal descentralizada. Mais ainda numa freguesia que tem um património histórico absolutamente fundamental depois de sabermos, ontem, que num leilão público a Câmara Municipal conseguiu comprar uma parte do espólio do escritor Ferreira de Castro. Isto deve ser uma notícia que nos entusiasma e que nos abre oportunidades nessa área continuar a crescer. Naturalmente,

*agradeço as palavras do Deputado Carlos Costa Gomes. Como lhe disse na tomada de posse desta Assembleia, o Partido Socialista procurará sempre que a transparência e o rigor na gestão pública e no exercício de cargos seja de facto, uma questão de que ninguém duvida e essa separação que quisemos fazer é também essa continuidade. Muito obrigado. Vivemos hoje, em Oliveira de Azeméis, um tempo novo de reflexão e consequência política. Há hoje um novo sentido de oportunidade que resulta do reconhecimento de um conjunto de problemas concretos que, por clarificação política e novo exercício de poder, já ninguém ignora. Reconhecemos todos, finalmente muitos desses problemas, bastará ver como se reconheceu em quatro meses o que nunca se reconheceu em muitos anos. Curiosamente, o problema maior do concelho, a rede de água e saneamento e as suas consequências, parece ser agora, finalmente, um problema que merece a atenção de todos. Esta é a verdadeira política: a que não ignora problemas venham de onde vierem, mas a que debate soluções e diverge, sem qualquer prurido, nas decisões. É esta a política em que nos revemos, mas sobretudo, é esta política que queremos e vamos fazer. Por isto, caríssimos, importa que possamos iniciar de forma célere e profícua um debate e um trabalho sério sobre a reorganização do território, sobre a reorganização das freguesias e sobre a descentralização. O que queremos e como queremos pensar o concelho e a sua evolução a médio e longo prazo. E fazemo-lo simbolicamente nesta Assembleia Municipal descentralizada e numa união que resultou da agregação de três freguesias. Em 2013 Portugal concluiu uma reorganização administrativa que reduzia em 28% as freguesias do país, que passaram de 4190 para 3026. No concelho, das 19 freguesias resultaram, por agregação, 12 freguesias. Se na altura foram muito mais os críticos e as críticas, hoje, quase não há dúvidas de que a reforma foi tosca, muito pouco consequente, totalmente à revelia das populações, sem reflexão de fundo, com uma debilidade de argumentação que gerou diferentes tipos de critérios em meia dúzia de meses até à decisão final e, sobretudo com uma debilidade de critérios que gerou e agravou ainda mais as desigualdades e as disparidades das freguesias. Temos, hoje, concelhos com freguesias enormes que convivem com freguesias de muito pequena dimensão. Basta pensar na dimensão da União das Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl, que absorve cerca de um terço da população do concelho contra onze das outras freguesias. Na reforma de 2013 que gerou esta reorganização, o concelho demitiu-se desta discussão. Ao contrário de outros concelhos, a autarquia e o seu executivo à altura, por inércia ou incapacidade, não liderou o processo, não se opôs a ele, nem tentou condicionar qualquer opção para o concelho. A decisão tomada, pelo menos a oficial, foi da inteira responsabilidade da tutela. Há até sobre isso, uma Assembleia Municipal, que muitos se recordarão. O que somos é a política que fazemos. Não nos podemos demitir desta discussão, do confronto de ideias e soluções, e da definição de propostas. De mudar de ideias, de vencer argumentos e estar disponível para ser vencido. Minhas senhoras e meus senhores: a discussão que agora propomos, não nos deverá parecer extemporânea. Em 2017, o Governo Central ordenou um estudo de avaliação à reorganização administrativa. O relatório, relativamente extenso, mas de leitura rápida, foi apresentado em dezembro. Remeti, hoje de manhã, esse*

mesmo relatório solicitando à Senhora Presidente da Assembleia Municipal a sua distribuição a todos os membros. O relatório teve como conclusão central a definição de critérios objetivos para avaliação e reflexão da reorganização do território. Sem qualquer hierarquia, foram definidos como critérios, i) a prestação de serviços à população; ii) a eficácia e eficiência da gestão pública; iii) a representatividade e vontade política da população; iv) a população, área e meio físico; e v) a história e identidade cultural. Não deixa de ser curioso que, de acordo com este relatório, apesar de haver um aumento de resposta em equipamentos, cultura, desporto, educação, há a diminuição da perceção da “proteção da comunidade”. Num ano terrível como o de 2017, tem um sentido ainda mais dramático. Curiosamente este é também, de alguma forma, o tema da Assembleia Municipal Temática de hoje. Depois da apresentação deste relatório, a ANFRE, no seu congresso de janeiro, sinalizou a relevância desta discussão. Ainda no decorrer de janeiro, o Ministro da Administração Interna tornou pública a intenção do governo de apresentar uma proposta de lei sobre critérios de reorganização de freguesias. A tudo isto acresce a discussão sobre a descentralização de poderes para as autarquias locais e os entendimentos que entre os partidos de maior representação eleitoral se estão a inicial, num esforço de consensos alargados que o Senhor Presidente da República tem reforçado. Por tudo isto, devemos ser nós, oliveirenses, a refletir sobre nós próprios. Devemos ser nós, a alimentar um debate tranquilo, profundo, consequente. Não temos que nos limitar a ser reativos e podemos, nesta como noutras matérias, tomar a iniciativa. A possibilidade de o fazermos com tempo, com uma visão global do concelho, da sua organização, das políticas de proximidade de descentralização que possamos querer, é uma oportunidade que não devemos desperdiçar. Mais ainda, a necessidade de envolvermos a sociedade civil, as coletividades e o tecido económico, requer tempo e objetividade. Assim, propomos, que havendo acordo, os diferentes grupos desta Assembleia possam, em articulação com a Mesa, trazer na Assembleia Ordinária de abril, uma proposta formal de constituição de um grupo de trabalho, com objetivos e datas definidos para apresentação de conclusões. Estou certo que o repto que agora lanço é secundado por todos os grupos municipais. Podem ser as soluções que nos dividem, não pode nem deve ser a necessidade de as discutirmos.”

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD, que apesar de não estar inscrito, pediu a palavra. =====  
 ===== “Antes mais cumprimentar Vossa Excelência e agradecer-lhe o facto, de me ter permitido intervir. Inicialmente não me tinha inscrito, mas com a intervenção do deputado Rui Jorge, eu fiquei com a consciência de que este tema devia ser aqui tratado, não obstante de nós na parte da tarde termos uma Assembleia Temática onde podemos discutir essa questão. E foi exatamente isso que pedi e que agradeço a sua complacência, porque estamos aqui para discutir estas coisas e tornar as coisas mais claras. Cumprimentar a restante Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e respetiva Vereação, os meus colegas e deputados municipais, público, comunicação social. Antes de mais uma saudação especial à Senhora Presidente da União de Freguesias desejando-lhe um voto de excelente trabalho e congratular-me por aqui nos ter

recebido. É sempre bom a descentralização que a Senhora Presidente da Assembleia propugna e que eu estou perfeitamente de acordo. Uma nota breve para cumprimentar o meu colega Bruno Aragão, dizer-lhe que tenho um grande respeito por si e não tenho duvida nenhuma que vai fazer um excelente trabalho. Aprecio a sua capacidade, perspicácia e inteligência não obstante do calor das intervenções. Sabe que tenho um grande respeito por si e não tenho dúvida que é um ativo que nós temos em Oliveira de Azeméis para rentabilizar no futuro. Os meus sinceros parabéns, é do fundo do coração que estou a falar. Pegando na intervenção do Deputado Rui Jorge eu tenho que dizer que concordo inteiramente consigo. É de facto, quem está ou esteve na proteção civil como eu estive nos Bombeiros de Fajões, vê isto de forma muito pertinente. Eu não vou rebater nem reproduzir aquilo que o senhor deputado disse, mas queria deixar aqui algumas notas para que nós possamos refletir, nomeadamente o elenco camarário: o Estado ficou alarmado, nós ficamos alarmados com as tragédias do ano passado onde morreram quarenta e cinco pessoas, veio agora no final deste ano e no Orçamento de Estado introduzir uma temática de rápida resolução de uma coisa que não se resolve em dois dias. Então, impôs o prazo de dois meses e meio para limpar as tais faixas de combustível em torno das estradas, casas, fábricas e linhas de energia. De acordo com o Orçamento de Estado, os proprietários têm até 15 de março deste ano para proceder à limpeza e, depois senão cumprirem caberá aos municípios concretizar essa medida até 31 de março. No entanto, em caso de incumprimento serão retidos às câmaras 20% das transferências correntes do fundo de equilíbrio financeiro no mês seguinte. Entendo eu, se o Estado não foi capaz de fazer o cadastro e impor aos privados as limpezas das florestas como é que as câmaras municipais em dois meses e meio façam aquilo que não foi feito em 40 anos. Senhor Presidente da câmara, o senhor tem uma palavra dura no que respeita a esta proposta no sentido de clarificar esta situação? Depois disto eu não vou falar do ponto estratégico, depois disto houveram várias situações e o governo vem um bocadinho atrás, porque de facto ultimamente há várias confusões sobre como é que se deve limpar. As regras não estão claras nem definidas, mas o que é importante aqui, é que até 31 de maio o que é facto é que esta meta é impossível de cumprir. Até, porque é imposta uma atualização dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios até 31 de março. Estes planos têm que estar sobre consulta pública durante 60 dias. Imaginem a contradição disto... Tem que ser aprovados nas câmaras municipais e assembleias municipais, durante os tais 60 dias, só em termos processuais são 60 a 70 dias. Portanto, isto é absolutamente exequível. O que assistimos aqui senhor presidente é estar se a impor aos municípios uma resolução do que o estado central não conseguiu durante 40 anos. E se alguma coisa correr mal a responsabilidade passa a ser dos municípios. Colocaram às autarquias uma responsabilidade com estas características e dimensão sem meios e sem que esses prazos fossem possíveis serem cumpridos. Como se não bastasse, ameaçam os municípios isto é ameaçando as populações destes municípios com cortes é algo que nunca nos seria possível imaginar. Isto é um mau princípio para o processo de delegação de competências e descentralização que se esta a discutir. Se a prática é esta de certeza que começamos e mal. É o caminho errado. Porque quando as leis são impossíveis de

*cumprir as pessoas nem se preocupam em as cumprir. O jornal de notícias, noticiou há pouco tempo esta possibilidade de corte das transferências das autarquias de não concluírem até ao final de maio as faixas de segurança contra incêndios; o Orçamento prevê que as autarquias assumam responsabilidades pela criação das faixas de segurança para permitir a peroração de incêndios junto às casas, localidades, caso os proprietários não o façam até 15 de março está previsto, ta previsto, temos que ser corretos, uma linha de credito de 50 milhões para apoiar as autarquias nas intervenções, mas as câmaras que não cumprirem até ao final de maio poderão ser retidas verbas. Ou seja, significa que nós temos um ordenamento do território, no caso, diferente e atípico e de facto não há este cadastro predial que devia ter sido feito e que o estado quer feito em dois meses e meio, senhor presidente da câmara é absolutamente inexequível. Porque tem que haver da parte da assembleia municipal e da parte da câmara municipal, uma tomada de prevenção clara quanto a esta situação, porque nos pode causar constrangimentos. Logo à tarde irei abordar outras questões, mas penso que seria importante nós tomarmos uma posição. Muito obrigado.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

*===== “Senhor Deputado **Bruno Rodrigues** ironizando um pouco a coisa, se nós tivéssemos horários mais reduzidos, os jovens iriam mais cedo para casa e se calhar melhorar-se-ia um pouco as taxas de natalidade. Agora, falando sério, é evidente que as taxas de natalidade são um problema que nos preocupa a todos, mas naturalmente que é um problema estrutural. Os problemas estruturais não se resolvem com medidas pontuais, este é um problema que não é de Oliveira de Azeméis, não é do País é da Europa. Um problema muito complexo que exige a atenção dos governos a atenção de todos nós para que tenha correção a prazo. Essa correção passa por um conjunto de coisas que não faz sentido trazermos para aqui, hoje. Respondendo concretamente à questão que colocou sobre os horários dos nossos estabelecimentos de diversão noturna: aquilo que está a ser feito, e como disse e bem, foi ontem na reunião do executivo camarário que se deu início ao processo de alteração de um regulamento que é um pouco obsoleto. Portanto, estamos a adequá-lo à realidade atual, estamos a fazê-lo o mais rápido que nos for possível. Aliás, a Senhora Vereadora, já procurou reunir com o Senhor Comandante da GNR que não esteve disponível, no sentido de iniciar com ele, uma vez que é parte interveniente no processo, e aquilo que vamos procurar fazer é assegurar a manutenção dos horários que existem atualmente e que estão disponíveis para esses estabelecimentos, até que o novo regulamento entre em funcionamento. Aqui há sempre a preocupação por parte do executivo em compatibilizar aquilo que é a segurança e conforto dos munícipes com aquilo que é a necessidade como disse da manutenção desta atividade económica e social que é importante para a nossa vivência e dinamização. Naturalmente, com a presença dos jovens nas nossas ruas e nesses estabelecimentos é possível. Portanto, estamos atentos a esse problema. Levantou-se alguma celeuma em torno desta questão dos horários e a Câmara Municipal não teve rigorosamente nada a ver com essa celeuma, nem pediu às forças de*

*segurança nenhuma fiscalização especial, nem um reforço da fiscalização sequer. Aquilo que aconteceu foi que, efetivamente, em ações de inspetivas normais foi detetado que um estabelecimento não tinha licença de renovação de horário e da atividade. É importante recuar nestas coisas, vamos iniciar o caminho para o fazer e a mensagem clara é que queremos que esses estabelecimentos de divertimentos continuem a desempenhar o seu papel, são atividades económicas não nos esqueçamos que empregam pessoas e geram riqueza. O que é importante é que nós tenhamos mais estabelecimentos noturnos que ensinem boas práticas aos nossos jovens para que a nossa cidade tenha uma intensa vida diurna e uma intensa vida noturna. Em relação ao que foi dito pela Senhora Deputada **Ana Neves**, a iniciativa patrocinada pelo grupo FERPINTA, de levar material escolar a crianças e jovens de Maputo, estamos a falar de um país amigo e de um país com que nós temos laços históricos muito fortes. Portanto, esta manifestação de solidariedade contribui para reforçar esses laços e é claramente uma iniciativa louvável por parte desse grupo empresarial, mas que se juntam a muitos outras à qual a sociedade oliveirense tem dado mostras ao longo dos anos. Claramente essa chamada de atenção, esse voto de parabéns que aqui nos trouxe faz todo o sentido. Em relação ao curso carnavalesco: penso que correu muito bem, tivemos muitos participantes – as tais oito centenas. Tivemos muitos milhares de oliveirenses a assistir e a divertirem-se com muita alegria com o espetáculo que lhe era proporcionado. Tivemos aqui claramente uma organização que funcionou em resultado de um conjunto de contributos. Esses contributos imprescindíveis por parte da FAMOA, por parte da Associação Criativa e Cultural do carnaval de Pindelo, não nos esqueçamos também, dos colaboradores da autarquia que foram determinantes no assegurar de um conjunto de boas condições para que o desfile se realizasse e, o papel insubstituível das nossas associações. Mais uma vez, falamos das nossas associações que têm a particularidade de tornar este carnaval único. É efetivamente, um carnaval que na sua grande maioria proporcionado/ assegurado pelo nosso movimento associativo com esta particular relevância e importância do trabalho que é feito pelas gentes de Pindelo. Portanto, estão criadas as condições, na minha opinião, para que o carnaval oliveirense se vá firmando e consolidando ao longo dos anos e que se comece a rivalizar e a despontar muitos públicos que tradicionalmente vão para outros carnavais em outros concelho, onde o carnaval tem tradições um pouco mais consolidadas do que no nosso concelho, no entanto não tenho dúvida que com o reforço do trabalho que temos vindo a fazer e com as parcerias que a autarquia tem vindo a estabelecer com todos estes atores que têm potenciado esta grande mostra da capacidade de realização oliveirense, eu não tenho dúvidas que tenham cada vez mais um carnaval de maior dimensão e de maior qualidade e em que todos nós saímos mais realizados. Em relação à intervenção do Senhor Deputado **Rui Jorge**: nós vamos ter efetivamente uma parte da tarde onde vamos abordar de forma mais profunda esta importante matéria e vamos poder beneficiar do contributo de oradores muito mais abalizados do que nós para falarmos sobre essas questões. Este é um problema muito sério e de difícil resolução e, se fosse fácil de resolver, os sucessivos governos já os teriam resolvido e não teríamos tido a tragédia que tivemos em 2017, onde*

*faleceram não 46 pessoas, mas mais de 100 pessoas e onde arderam mais de 5 mil hectares. Não nos esqueçamos que estamos a falar de património que é porventura o maior património que temos no país – património florestal/ ambiental. É evidente que esse trabalho é tremendamente complexo e a lei introduz algumas novidades, mas a lei 124/2006 já tinha elencado todas as atribuições que estavam prometidas, não só aos privados, mas também às entidades públicas, naquilo que eram as suas obrigações na criação de um conjunto de respostas que permitissem limpeza e ordenamento do nosso território. O que é facto, e convenhamos que assim mesmo, é que muitas vezes a lei existe e não existem é meios para a concretizar. Esse é um problema normal, diria eu, num país que tem tantos constrangimentos financeiros e portanto, aquilo que é nossa obrigação, é perceber que a autarquia oliveirense, à semelhança de muitas outras autarquias, terá dificuldades em dar resposta àquilo que lhe é solicitado, mas a nossa obrigação é fazermos tudo o que estiver ao nosso alcance para cumprir a lei. Uma lei que permite salvar vidas. E quando estamos a falar de salvar vidas, é evidente que nós temos que nos concentrar é no cumprimento e resolução do problema e não nas dificuldades. Portanto, o Município de Oliveira de Azeméis e o executivo camarário, está concentrado no cumprimento da lei, está concentrado em fazer o seu trabalho, estando obviamente consciente das suas limitações e das dificuldades que vai ter para o poder concretizar, mas mesmo assim, estamos a procurar fazê-lo. Estamos a respeitar os ‘timings’ que estão previstos, eles já foram aqui referidos. Estamos a promover ações de sensibilização, estamos a fazer divulgação na comunicação social dos aspetos e obrigações que cabem aos privados e estamos a procurar criar condições para nos intuirmos aos privados naquilo que é a limpeza dos seus terrenos, de forma a que tenhamos o máximo possível de cumprimento àquilo que nos é exigido. É evidente que, nós tivemos neste momento, em parceria com a GNR e com as próprias juntas de freguesia sessões de formação em Pindelo, Fajões, Pinheiro da Bemposta e vamos ainda ter em Ossela, Carregosa e eventualmente em São Martinho da Gândara e não digo que não possamos estender a outras freguesias se tivermos possibilidade. A capacidade financeira: é evidente que nós estamos a falar de um concelho que tem 700km de área, um concelho que tem 60% de mancha florestal e 20% de mancha agrícola. Esses 60% de mancha florestal são perto de 100km<sup>2</sup>, os 20% de mancha agrícola dão mais 30 e estamos a falar de uma grande parte do nosso concelho a ser mancha agrícola e florestal – isto é uma dificuldade completamente diferente que terá por exemplo o município de São João Madeira onde, como diz o outro e com todo o respeito que nos merece esse município irmão, é difícil encontrar. Obviamente, que os problemas são relativos, há concelhos que têm esta realidade ou realidades semelhantes, em alguns casos substancialmente superiores à nossa no que diz respeito à mancha florestal disponível. No caso concreto de Oliveira de Azeméis, temos uma mancha florestal extensa, com muitas dezenas de quilómetros quadrados e claro que ela não precisa ser toda intervencionada, mas aquilo que é limpeza das faixas de gestão de combustível, é muito complexo, que exigem enfim, se calhar, mais tempo e por isso é que a associação de municípios portugueses tem feito esse esforço no sentido de tentar sensibilizar a tutela para a prorrogação dos prazos disponíveis para os*

privados mas também para as entidades públicas poderem realizar esta tarefa. Perguntou como é que temos lidado com esta questão... Temos lidado com toda a responsabilidade, temos lidado com toda a seriedade que o problema com estas características e tipo de impacto nos merece e aquilo que nós estamos a procurar fazer, é fazer tudo o que tiver ao nosso alcance e procurar disponibilizar apoio humano ou mecânico para os oliveirenses com dificuldades económicas, é algo que é muito difícil de concretizar. Porquê? Nós próprios nos enquadrámos nessas tipologias das dificuldades económicas, nós próprios temos dificuldades económicas para podermos com recursos próprios/ disponíveis fazer face àquilo que são as exigências legais e portanto, é preciso que percebamos, todos, que a quantificação orçamental do esforço financeiro que a autarquia tem que fazer para dar cumprimento não é facilmente aferível. Ou seja, nós não conseguimos, em fase de planeamento e programação de um orçamento, dizer que temos que alocar meio milhão de euros ou um milhão de euros ou dois milhões e meio de euros, seja qual for o valor, para aquela tarefa... é muito difícil podermos avançar com alguns valores. Mas mesmo com valores que eventualmente definamos em sede de orçamento, tudo isto é depois rapidamente ultrapassado em função da dimensão da resposta de substituição que tenhamos que dar aos privados que não fizeram o seu trabalho. Facilmente se percebe que é um problema que terá que passar, como disse e bem, pela tarefa de educar, pela tarefa de sensibilizar, pela tarefa de ordenar, procurando perceber que tipo de ordenamento florestal e que tipo de resposta florestal queremos para o nosso território, o que queremos plantar, onde e como queremos plantar e portanto, estaremos aqui perante um trabalho que seguramente é agora iniciado de uma forma que eu diria um bocadinho mais pressionante, mas que terá que ter continuidade no futuro. Julgo que é isso que vai acontecer, temos a particularidade de termos um Secretário de Estado da Proteção Civil que é da região, foi presidente de câmara de um município onde a esta realidade da mancha florestal estava muito presente e tem uma grande expressão. É uma pessoa particularmente sensível para estas questões e julgo que aí temos oportunidade de ter alguém que terá a capacidade de implementar as medidas adequadas para a resolução do problema. No caso concreto de Oliveira de Azeméis aquilo que nós estamos a fazer é investir na execução de caminhos florestais e gastamos cerca de 250 mil euros a fazê-lo, na criação de pontos de água e na recuperação de alguns pontos que não estavam a funcionar e naturalmente investir em alguma sinalética para que seja mais fácil a acessibilidade das corporações de bombeiros a todos estes locais. Respondendo e integrando já que a intervenção é da mesma natureza – Senhor Deputado **Fernando País**: é evidente que uma palavra dura em relação à tutela sobre esta imposição legal terá que ser dada pela associação nacional de municípios portugueses da qual o Município de Oliveira de Azeméis faz parte e a Associação Nacional de Municípios Portugueses já foi absolutamente clara nesta matéria e tem promovido reuniões regulares com a tutela, procurando sensibilizá-los para a dificuldade de concretização dos municípios para aquilo que lhes é pedido. Nós estamos atentos, mas aquilo que para nós neste momento é prioritário é procurarmos dar resposta àquilo que é a nossa própria sensibilidade para este problema e procurarmos evitar, se possível que vidas e património se percam em Oliveira de

*Azeméis. Se nós dermos tudo aquilo que pudermos, naturalmente estaremos satisfeitos e fizemos o nosso papel. E não tenho nenhum problema em reconhecer que não teremos capacidade para cumprir aquilo que nos foi exigido. Agora, isso é bem diferente de nós procurarmos fazer o máximo que nos for possível. Referiu que as regras para a limpeza não estão claramente definidas. Eu julgo que elas estão claramente definidas. Não há grandes dúvidas na interpretação da cláusula do decreto-lei e da alteração que lhe foi recentemente introduzida e aquilo que são as obrigações para os privados e para as autarquias e ate para o próprio Estado, estão lá perfeitamente identificadas. A questão é mais, e como referiu e bem, os apoios financeiros que são disponibilizados às autarquias para executar esta tarefa, que são escassos e insuficientes. Toda a gente percebe que 50 milhões de euros a dividir pelo conjunto dos municípios dá um “nico” a cada um e aquilo que dá, não dá para fazer rigorosamente nada. Atenção, porque ficamos sem perceber se os 50 milhões numa fase inicial eram emprestados, agora já há um discurso um pouco diferente. Eventualmente há alguma disponibilidade por parte do governo para reforçar essa verba e para transformar algum desse reforço em verbas atribuídas aos municípios, sem reembolso. Aí sim, testamos expectantes e vamos ver quais são os novos desenvolvimentos. Em relação à intervenção do Senhor Deputado **Carlos Costa Gomes** e à referência que fez sobre a Escola Superior de Enfermagem, mais concretamente, atualmente Escola Superior de Saúde e aos investimentos que foram feitos e o papel do seu responsável – Prof. Henrique Moreira: é evidente, que é uma realidade que a todos nos orgulha e a decisão que foi tomada no passado em relação ao apoio inequívoco que foi dado à instalação do ensino superior no nosso concelho, uma decisão muito inteligente e portanto, nos temos o trabalho facilitado porque em boa hora alguém teve a lucidez e foi visionário ao ponto de perceber que este apoio era estratégico e fundamental para o futuro do concelho. Agora cabe-nos a nós, embora a tarefa seja igualmente difícil, potenciar todo esse ensino que existe no nosso concelho. A questão das residências universitárias é muito importante. Trazer essas residências universitárias para a nossa zona histórica seria talvez uma medida interessantíssima porque permitiria o aparecimento e algum dinamismo social da própria zona histórica. Estamos a trabalhar nesse caminho; estamos, enfim, a colaborar com a Escola Superior de Enfermagem e Superior Aveiro Norte, no sentido de criarmos esse tipo de respostas. Referiu também palavras de estímulo e apoio aos nossos empresários, sugeriu políticas fiscais municipais agressivas e investimentos nas zonas industriais e aí estou inteiramente de acordo comas sugestões. Porque os nossos industriais e a nossa realidade industrial são algo muito valioso, e tem que ser apoiado, tem que ser potenciado. Isso faz-se sobretudo ouvindo os nossos empresários, estando e caminhando lado a lado com eles naquilo que é a construção de riqueza no nosso concelho. Tivemos a visita do Senhor Ministro da Economia, no passado dia 20, é disso um sinal claro, nós tivemos oportunidade de trocar impressões e falar sobre várias linhas de apoio disponíveis nos quadros comunitários. Falamos sobre as nossas potencialidades, sobre as nossas fragilidades e sobre a nossa realidade industrial. Tivemos oportunidade de ainda durante a manhã inaugurar as instalações do centro de fresagem do grupo SIMOLDES e o lançamento da*

*primeira pedra do centro de ensaios – um grande investimento. Estamos a falar de um grupo empresarial que nos últimos anos promoveu investimentos de 140 milhões de euros. Isto para quê? Para percebermos a importância da nossa realidade industrial. O Senhor Deputado sabe que eu tenho um especial carinho pelos nossos empresários e pela nossa indústria, por isso tudo farei para que a realidade industrial que temos hoje seja afirmada e valorizada e daqui por uns anos tenhamos todos estes grupos cada vez mais sólidos e cada vez a criar mais riqueza e postos de trabalho, porque é isso que todos desejamos. Por isso é que nós introduzimos no nosso orçamento investimentos nas nossas zonas industriais e queremos que os planos de urbanização da zona industrial de Costa Má/ S. Roque e de Nogueira do Cravo/ Pindelo tenham possibilidades de se desenvolver e termos aí também, algum espaço industrial devidamente infraestruturado já que esse é um problema que temos no nosso concelho. Eu julgo que sabem que nós não temos espaço industrial disponível, nós se neste momento tivermos investidores que queiram instalar-se no nosso concelho, temos muita dificuldade em termos espaço industrial disponível. Espaço industrial não é termos dois ou três terrenos, temos que ter manchas industriais de alguma dimensão que permitam acolher investimentos que exijam área. E nós temos alguns pedidos de investimento para 8 hectares, 10 hectares... Percebem que dez hectares é 25% da área total da Área de Acolhimento Empresarial UI/Loureiro. Nós temos que procurar rapidamente encontrar recursos financeiros que nos permitam a criação de mais espaço industrial para não perdermos investimento. Esse é um desafio muito complexo, mas é um desafio que nós temos que rapidamente abraçar. Em relação à intervenção do Senhor Deputado **Bruno Aragão**, dar boa nota em relação à compra do espólio Ferreira de Castro. Efetivamente, participámos no leilão onde disputámos com outras autarquias este acervo, que é importante, porque permite que fique na nossa posse um conjunto de coisas muito interessantes como manuscritos que enriquecem o património que já temos sobre este importante vulto da nossa literatura e cultura. Em boa hora decidimos participar no leilão, em boa hora decidimos ir até ao fim com algum esforço financeiro, conseguimos evitar que este espólio fosse para outro município e assim manteve-se no nosso concelho. Obviamente que isso nos satisfaz muito. Em relação à reorganização das freguesias, a chamada “Reforma Relvas” convém não esquecer que essa reorganização do território foi uma imposição da Troika, tivemos que a fazer compulsivamente, o que não quer dizer que a tenhamos feito da melhor maneira no concelho de Oliveira de Azeméis, mas também não a fizemos da melhor maneira no país. Fizemo-la de forma errada, porque agarramos a reforma pela escala errada e se calhar devíamos ter pensado primeiro na reorganização dos municípios e depois passar para o nível hierárquico inferior e passarmos para as freguesias. Bom, não foi assim que aconteceu. O processo, toda a gente o conhece, toda a gente sabe que as populações não foram devidamente ouvidas, não tiveram oportunidade de participar na definição da nova organização. Os próprios municípios, muitos deles demitiram-se de o fazer e portanto, foi a comissão técnica da Assembleia da República a definir a reorganização administrativa para esses territórios. O que é um facto, é que na minha opinião, perdemos a oportunidade de fazer aquilo que uma reforma desta natureza deve*

*promover e que são melhores respostas às populações e tornar mais competitivos os territórios e valorizar esses territórios – respeitando a especificidade de cada um deles mas, procurando relacioná-los e agrupá-los de forma a que a correção das assimetrias por um lado, seja possível, e por outro lado, tenhamos em função dessa reorganização territórios muito mais competitivos e respostas públicas aos munícipes de melhor qualidade. É isso que importa fazer em função daquilo que são as intenções manifestadas por este governo, de voltar a analisar este problema, eu acho que faz todo o sentido. É absolutamente pertinente a introdução desse tema e digamos assim, esse desafio não só aos membros da Assembleia Municipal mas a toda a sociedade civil oliveirense, de participarmos ativamente nesta reflexão, não esquecendo e ainda bem que o referiu, que a questão das descentralização de competências tem intrinsecamente que ligar a esta reorganização do território. Portanto, nós devemos olhar para estas duas respostas ao mesmo tempo, porque se não o fizermos, vamos ter, mais uma vez, uma reorganização administrativa do território feita de forma errada. Aquilo que nós devemos fazer é olhar para aquilo que é proposta de descentralização de competências, olhar para o nosso território para reorganização atual e para aquilo que em resultado da conjugação destas duas dimensões tenhamos como uma reorganização administrativa que seja efetivamente importante para a valorização e para afirmação de competitividade do nosso território. Julgo que respondi a toda a gente, peço desculpa se me esqueci de alguém. Senhor Deputado **Fernando Pais**, a sua resposta acabei por lhe dar na resposta que dei ao Senhor Deputado **Rui Jorge**. Peço ainda, desculpa por ter sido um pouco extenso, mas a importância e a relevância das questões exigem algum aprofundamento na resposta. Muito obrigado.”*

=====  
 ===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*  
 ===== *“Muito obrigada, Senhor Presidente da Câmara pelos seus esclarecimentos e informações, que são sempre extremamente importantes para esta Assembleia. Anunciar que: O PSD gastou, 25 minutos e 10 segundos; O PS gastou, 15 minutos e 32 segundos; e CDS/PP gastou, 4 minutos 6 segundos; Este foram os tempos utilizados no “Período de Antes da Ordem do Dia””.* =====

=====  
 ===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

=====  
 ===== *Seguindo os trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao Período da Ordem do Dia.* =====

=====  
 ===== **Ponto um: Aprovação da ata número três da Assembleia Municipal;** =====

=====  
 ===== *Presente para aprovação a ata: n.º 3 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 28.12.2017.* =====

=====  
 ===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====  
 ===== *Colocada à votação, a ata n.º 3 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 28.12.2017 foi aprovada por unanimidade.* =====

=====  
 ===== **Ponto dois: Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município- Apreciação;** =====

===== *Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *“Obrigada Senhora Presidente. Bem, a informação foi disponibilizada a todos os deputados, alguma questão que queiram colocar, cá estarei para responder.” =====*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

===== *A Assembleia Municipal apreciou a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do Município. =====*

===== ***Ponto três: Relatório de Acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro- Apreciação;** =====*

===== *Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *“Muito obrigada, Senhora Presidente. Temos aqui o relatório e como sabem é uma imposição. Somos obrigados, digamos, a fazer a elaboração deste relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro. Aquilo que nós estamos a fazer semestralmente é a demonstração a 31 de dezembro de 2017. Temos aqui um relatório que dá cumprimento, em termos do ponto de situação do empréstimo do Saneamento Financeiro. A taxa de execução atual comparada com a taxa de execução que tínhamos previsto no início do Plano de Saneamento Financeiro – a evolução da dívida e do endividamento municipal, a evolução dos principais indicadores de equilíbrio económico-financeiro da autarquia, o cumprimento do próprio Plano de Saneamento Financeiro como é óbvio e a Lei das Finanças Locais. Portanto, aquilo que nós podemos observar da leitura do documento em traços gerais é que temos um superávit de 3.6 milhões de euros, em números redondos. Esse superávit está abaixo daquilo que estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro onde prevíamos 4.16 milhões de euros, mas apesar disso permitiu a redução da dívida municipal e do endividamento municipal. A nossa dívida total previsionál, como é evidente, porque estes números que lhes estou a dar são todos previsionais, porque só se concretizará, só serão definitivos com o relatório de contas e rondará os 18 milhões de euros, o que implica uma redução anual na ordem dos 4,7 milhões de euros. Depois tem aqui um conjunto de informação sobre a dívida dos empréstimos de médio e longo prazo, que são 12,26 milhões de euros. E temos uma redução anual, também aqui, neste indicador da dívida dos empréstimos de médio a longo prazo na ordem dos 4 milhões de euros. Esta redução de dívida de empréstimos de médio e longo prazo está a ser de mais 2 milhões de euros abaixo daquilo que estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro. O nosso endividamento líquido, ou seja, a razão entre o passivo e o ativo é na ordem dos 9 milhões de euros e está 1,6 milhões abaixo daquilo que estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro. A dívida a fornecedores é na ordem de 1,5 milhões de*

euros, desceu 94 mil euros daquilo que estava previsto. O prazo médio do cumprimento do pagamento tem sido já uma evidência nos outros anos, está bem abaixo daquilo que é o limite legal, é de 46 dias. Isto é uma informação que vem já a seguir, mas não existem pagamentos em atraso com mais de 90 dias. Portanto, neste particular, aquilo que podemos dizer é que, o Plano de Saneamento Financeiro está na sua globalidade a ser cumprido e estamos a cumprir as delegações que nos foram determinadas e as obrigações que assumimos na data da sua constituição.”

=====  
 ===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Rodrigues. =====

=====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Rodrigues**, do PSD. =====

=====  
 ===== “Bom dia novamente. Neste ponto pretende-se apreciar o relatório de acompanhamento da execução Plano de Saneamento Financeiro referente ao ano 2017. Estamos a falar de um exercício que foi executado, grosso modo, em 75 a 80% pelo executivo anterior e em 20/ 25% pelo atual executivo. Ainda que sejam dados apenas provisórios relativos a 2017, podemos já tirar conclusões positivas do mesmo: as principais metas do plano foram alcançadas; o prazo médio de pagamentos para 46 dias - abaixo do estimado no plano e ainda foi reduzido em cerca de 4,7 milhões de euros que ainda nos deixa com uma dívida total de 18 milhões de euros no final de 2017. Esta execução económico-financeira coloca estes indicadores abaixo do projetado no Plano de Saneamento Financeiro para o ano de 2017, conforme o Senhor Presidente da Câmara já nos disse. Nada mau para uma gestão financeira que foi fortemente aplicada de eleitoralista e despesista por parte do Partido Socialista e por quem foi dito que iríamos falhar as metas do plano. Não posso deixar de evidenciar a dimensão da dívida municipal em cerca de 37 milhões nos últimos dez anos. Enalteço esta questão da dívida, que realmente nos deve preocupar a todos, em especial às gerações futuras. Por isso e reconhecendo, obviamente, a legitimidade do novo executivo para tomar todas as opções políticas que sempre tomou, peço-lhes que não descurem esta questão da dívida e que cumpram o Plano de Saneamento Financeiro, no que diz respeito à questão da dívida, com o mesmo rigor que o executivo anterior sempre cuidou.”

=====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====

=====  
 ===== “Muito obrigado Senhor Deputado. Obviamente, que vamos cumprir aquilo que está no Plano de Saneamento Financeiro, aliás, somos obrigados a cumprir... Mesmo que não o quiséssemos fazer, teríamos que compulsivamente fazer. Portanto, aquilo que acontece quando contraímos e nos obrigamos a pagar aquilo que contraímos é cumprirmos a nossa parte no contrato. O que fizemos em 2017 foi dizermos que até 2020 colocaríamos a nossa dívida nos 5 milhões de euros, portanto é isso que estamos a fazer. E se não o fizermos é a própria tutela que nos tira as verbas que nós não conseguirmos reduzir. Vamos continuar a fazê-lo, porque é assim que se faz na gestão pública. O problema da dívida não é o seu cumprimento. O seu

*cumprimento deve alegrar-nos a todos. O problema é a existência da dívida e o impacto que essa dívida tem naquilo que é a nossa capacidade para investir. Esse é que é efetivamente o problema... E, objetivamente, aquilo que somos obrigados a fazer, como disse e bem, nós não fomos responsáveis pela totalidade do cumprimento do orçamento de 2017 e apurando-se o orçamento 2018, vamos procurar cumprir aquilo que está previsto. O que acontece é que nós quando olhamos para aquilo que foi a nossa capacidade de investimento, nós percebemos bem qual é o constrangimento do cumprimento de um plano de Saneamento Financeiro... Nós tínhamos previsto investir por ano cerca de 57 euros, em números redondos, por cada oliveirense e tínhamos previsto isso no princípio do ano e chegamos ao fim do ano e só conseguimos investir 40 euros por cada oliveirense. Por aqui percebemos que isso é uma verba escassa, pequena, introduz um investimento que não tem permitido a resolução de um conjunto de problemas, alguns de natureza estrutural e que já foram aqui hoje enunciados. É evidente que vamos procurar ter no final de 2018 uma dívida que rondará os 14 milhões de euros. Esperamos que em 2020 quando terminar o Plano de Saneamento Financeiro, nós tenhamos todas as condições para nos vermos livre dele, e aí começarmos a iniciar uma trajetória de investimento na resolução de um conjunto de problemas, que tem afetado de sobremaneira a nossa competitividade. Registo com agrado, naturalmente, a nota que deu por registar, também, que é intenção deste executivo e dos nove elementos que o compõem de continuar a cumprir com o Plano de Saneamento Financeiro que discutimos anteriormente. Essa é uma vontade que manteremos no futuro.”*

*===== A Assembleia Municipal apreciou o Relatório de Acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro. =====*

*===== **Ponto quatro: Declarações do Senhor Presidente da Câmara Municipal ao abrigo da alínea a) e b) do n.º1 do artigo 15º da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro-Apreciação;** =====*

*===== Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== “Peço desculpa, mas na minha intervenção anterior eu já falei sobre este ponto. Tratam-se das declarações do Presidente da Câmara que em nome do executivo está assumir que não existem pagamentos em atraso a 90 dias, no Município. É só.” =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Fernando Pais e Bruno Aragão. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

*===== “Muito obrigado Senhora Presidente. A situação está a ser cumprida, o respeito com o prazo dos 180 dias está evidentemente a ser cumprido mas, queria deixar aqui uma nota relativamente ao que se disse e em relação àquilo que se vem dizer, na comunicação social – não por parte do executivo que nunca ouvi dizer isso, que de facto haveria alguma confusão em*

termos de despesas, nomeadamente não contabilizadas, não participadas. Apraz-me ouvir esta declaração do Senhor Presidente, que nos elucidou completamente quanto à situação económico-financeira da Câmara Municipal. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== “Muito obrigado Senhora Presidente, realmente não tinha intenção de fazer uma intervenção relativamente a estes pontos, mas há duas questões que eu acho que não devem ficar por esclarecer. Aliás eu pensava que estas questões estavam sobejamente ultrapassadas, porque acho que tem havido um discurso nos últimos meses, enfim, de normalização de uma situação difícil de Oliveira de Azeméis. Portanto, o Plano de Saneamento Financeiro continua a ser cumprido e como sempre dissemos, não podia deixar de o ser. Quanto a isso, devemos sentir satisfação pelo cumprimento, não mais do que isso. Mas, não nos podemos esquecer que continuamos, hoje, com uma dívida de 8 milhões que temos que reduzir até 2020 e que continua a constranger a capacidade de investimento deste concelho. Recordo, também, que nos municípios do distrito de Aveiro, nós estamos na cauda do que é a capacidade de investimento por município... Isso é outra coisa que não nos pode deixar de preocupar fortemente. A questão não é se 75% do orçamento anterior foi responsabilidade de um executivo ou 25% de outro, porque senão tínhamos que entrar em exercícios do tipo: “100% da taxa de cobertura que ainda falta foi da responsabilidade de ...”; “100% disto foi da responsabilidade de ...” Portanto, às vezes há esta tentativa de quando há pagamento obrigatório, fazermos mais alarido do que são estas situações. A questão é: o município tem ainda nos próximos anos um esforço de redução e dívida enorme. E esse esforço-vai nos obrigar, mais uma vez, a fazer um conjunto de opções em termos de investimento. Posto isto, e porque não adianta estar aqui a discutir aquilo que é um procedimento obrigatório – o cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, o que nos deve preocupar nos próximos anos é que tipo de investimentos vamos ter que priorizar. Essa sim, deve ser a discussão para os próximos anos. Obrigado.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== “Apenas para dizer de forma muito breve, Senhor Deputado **Fernando Pais**, eu não disse aqui que a nossa dívida é unicamente esta. Esta é a dívida que está contabilizada e não quero com isto dizer que não existe nenhum conjunto substancial de reclamações de créditos por parte de um conjunto de entidades que nós só pagaremos em tribunal, porque não temos nenhum procedimento concursal que o sustente. Portanto, são vários os casos de várias pessoas que têm reclamado junto do município pagamento de verbas... a dívida municipal não está especializada. Esta é a dívida que temos orçamentada e se nós fizéssemos a especialização da dívida, bastaria olhar para estes documentos que lhes entregamos e ver que falam aqui em milhões e milhões de euros de processos em contencioso... Nós fomos recentemente condenados a pagar um de 371 mil euros de 1997 – a Via de Nordeste, onde o valor exigido eram duzentos e noventa e não sei quantos euros e depois tinha cento e não sei quantos mil euros de juros. E

tivemos agora, uma condenação recente, onde somos obrigados pelo Supremo Tribunal Administrativo a demolir nove apartamentos em Cucujães, que são habitados por famílias há vinte anos. Portanto, essa especialização da dívida não está aqui contabilizada, nós temos um conjunto de muitas outras coisas que contribuirão se nós fizéssemos a especialização da dívida, coisa que neste município não fazemos. Mas, no futuro queremos fazer, porque obviamente a gestão pública rigorosa e prudente leva a que nós tenhamos em sede de definição de orçamento o enquadramento provisional de um conjunto de despesas com as quais podemos ser confrontados. Vocês se olharem para esta relação enorme de processos em contencioso que têm a ver com um conjunto de vias e até com Área de Acolhimento Empresarial assim como muitas outras reclamações que são feitas ao município, manda a boa gestão que nós sejamos prudentes em relação ao resultado de algumas destas condenações e passemos a assumir em sede de orçamento uma verba que permita dar resposta a este tipo de questões. Aliás como sabem, quando estamos a falar de tantos e tantos processos há uma coisa que é normal que é as custas judiciais, a previsão das custas judiciais e até de honorários para trabalho jurídico especializado que seja necessário contratar, deve estar também previsto no próprio orçamento de forma a que tenhamos capacidade de depois assumir este tipo de compromissos. Reforço mais uma vez, porque isto é uma obrigação legal e aquilo que nós estamos a fazer é a dar seguimento a essa obrigação legal, apresentando sempre dados previsionais, mas todos eles apontam para uma dívida a rondar os 18 milhões de euros. Era só esta informação que eu gostaria de dar.”

=====  
 ===== A Assembleia Municipal apreciou as declarações do Senhor Presidente da Câmara Municipal ao abrigo da alínea a) e b) do n.º1 do art.º 15º da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro. =====

=====  
 ===== **Ponto cinco: Olga Figueiredo Marques Martins - Pedido de isenção de compensação de lugares de estacionamento - Aprovação;** =====

=====  
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de isenção do cumprimento do agravamento de lugares destinados ao público apresentado pela requerente; --O parecer técnico (l/24446/2017); - Que em reunião de câmara de 11.05.2017 foi deliberado submeter o pedido de isenção à Assembleia Municipal; - Tal pedido foi remetido à Assembleia Municipal de 30.06.2017 mas foi retirado da ordem de trabalhos: - Foi solicitado, entretanto, parecer jurídico ao pedido em análise que é constante do (l/55060/20017).” =====

=====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====  
 ===== “Senhora Presidente, uma breve explicação: é alterada a utilização de um armazém para comércio e serviços. Isto obriga à disponibilização de mais lugares de estacionamento público e a requerente vem solicitar à Assembleia a isenção dessa obrigação. Este assunto veio à Assembleia Municipal de 30 de junho de 2017 e foi retirado. Entretanto, há aqui um parecer jurídico que julgo que vos foi disponibilizado e que diz que não existe

enquadramento legal para a isenção. Daí entendermos submeter à Assembleia para esta decidir, apesar deste parecer técnico, aquilo que pretende fazer em relação a esta solicitação.” =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Carlos Costa Gomes e Bruno Aragão. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Carlos Costa Gomes**, do PSD. =====

===== “Só para dizer que, de facto, este é um assunto que já veio à Assembleia no passado; dizer que há aqui um parecer jurídico que diz que esta fundamentação carece de legalidade e o próprio executivo fez o seu despacho e deliberou remeter à Assembleia. O PSD não vai aceder à solicitação deste munícipe, nos onze lugares de estacionamento que pede, uma vez que há um parecer jurídico que reprovava esta petição. Portanto, o nosso voto é contra.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== “Muito obrigado Senhora Presidente. Só para dizer que o Partido Socialista votará contra este ponto, porque entende que isto infere de ilegalidade.” =====

===== A Senhora Presidente colocou o ponto cinco à votação, tendo sido deliberado por maioria não aprovar a proposta apresentada com a seguinte votação: - votos contra: vinte (20) do PS, catorze (14) do PSD e um (1) do Independente; -abstenções: três (3) votos do CDS. =====

===== **Ponto seis: Minuta de Adenda ao Protocolo de Colaboração com a Associação de Xadrez de Aveiro – Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 06 de janeiro de 2006, foi celebrado protocolo de colaboração entre o Município de Oliveira de Azeméis e a AXA – Associação de Xadrez de Aveiro, (n.º 02/2006) que tem por objeto a cooperação financeira no âmbito específico do programa de implementação da aprendizagem do Xadrez nas escolas do Município de Oliveira de Azeméis; - O teor da informação interna (I/80752/2017), com concordância do respetivo dirigente; - Que é intenção dos outorgantes, alterar o teor da cláusula quinta do mesmo; Ao abrigo da alínea u) n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; O Presente contrato-programa reporta os seus efeitos ao ano escolar 2015/2016; (ao abrigo do disposto no art.º 128º do Código do Procedimento Administrativo) ratificando todos os atos entretanto praticados, à data em que foi celebrado. - Que os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 4767/2017, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; **Propõe:** - Ao abrigo da alínea o) n.º 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a minuta da Adenda ao Protocolo de Colaboração a celebrar com a Associação de Xadrez de Aveiro, que se anexa.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Obrigado Senhora Presidente. Há um protocolo entre o município de Oliveira de Azeméis e a Associação e Xadrez de Aveiro no sentido de que fosse lecionado e promovido o

ensino do xadrez nas escolas. Esse protocolo previa um valor de 2400 € por ano e pagos pela autarquia. O que acontece é que em 2015/2016 e 2016/2017 foram dadas mais aulas de xadrez às nossas crianças e foram gastos pela Associação de Xadrez de Aveiro mais 600€ no ano de 2015/2016 e 2410€ em 2016/2017. Esta adenda que nós estamos a fazer a este protocolo permite precisamente pagar esses valores a mais que a associação vem reclamando ao município de algum tempo a esta parte, porque naturalmente, os professores que lecionaram essas aulas estão a reclamar o pagamento do seu vencimento. Trata-se apenas da regularização da situação.” ==  
 ===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Aragão. =====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====  
 ===== “Só um ponto à Mesa, penso que todas as bancadas estão de acordo: solicitar sempre que há uma adenda a um protocolo se for possível incluir, também, na documentação o próprio protocolo. Penso que isso facilitava bastante a leitura que temos que fazer. As explicações do Senhor Presidente de Câmara satisfazem-nos, por isso, naturalmente, vamos votar favoravelmente. Este não é o caso, mas há situações em que uma adenda a um protocolo sem o mesmo dificulta o facto de podermos tomar uma posição previamente. Obrigado.” =====  
 ===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====  
 ===== “Muito obrigada Senhor Deputado. Eu própria, também já fiz esse pedido aos serviços da Câmara, para que de futuro sempre que haja uma adenda a um protocolo se junte o protocolo inicial.” =====  
 ===== A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====  
 ===== **Ponto sete: Cessação por mútuo acordo de Contratos de Cooperação com os Agrupamentos de Escolas – Ratificação;** =====  
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os contratos de cooperação: **05/2015** - Agrupamento de Escolas de Loureiro; **06/2015** - Agrupamento de Escolas Soares Basto; **07/2015** - Agrupamento de Escolas Dr. Ferreira da Silva; **04/2015** - Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro; - Que os referidos contratos visavam estabelecer as condições específicas em que seriam proporcionadas aos munícipes individualmente, ou de forma coletiva, as várias modalidades desportivas nas instalações sócio desportivas dos Agrupamentos em questão; - Que já não se mantêm os pressupostos que presidiram à sua celebração; - Que os outorgantes acordaram mutuamente cessar os identificados contratos de cooperação, com efeitos a 01/01/2018; Propõe: Que o órgão executivo ratifique a referida cessação contratos de cooperação, nos termos e fundamentos referidos, com efeitos a 01 de janeiro de 2018.” =====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====  
 “A Câmara Municipal tinha contratos de cooperação com os agrupamentos de escolas para autorização de utilização dos pavilhões, e esses contratos foram feitos com base em pressupostos que hoje não fazem sentido. Porquê? Porque esses equipamentos e essas respostas são hoje assegurados pelo município e portanto, na altura da sua contratualização, o que se pretendia era apoiar as escolas no pagamento da água, luz, etc. pelo facto das escolas disponibilizarem esses equipamentos à comunidade e coletividades. Hoje, sendo estas responsabilidades da autarquia, somos nós que pagamos a água, luz, os colaboradores que estão afetos aos equipamentos; havia naturalmente uma duplicação do pagamento destes encargos...Acordamos esta cessação de contratos de cooperação com os/as senhores/as diretores/as dos agrupamentos de escolas com a garantia de que em despesas que venham a ser identificadas e que não estejam a ser cobertas pelo município, sejam asseguradas. Na prática é evitar a duplicação e encargos em total cooperação e de forma devidamente acordada com os diretores dos agrupamentos.” =====

=====  
 Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Albino Martins e Isabel Barbosa. =====

=====  
 A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====

=====  
 “Senhor Presidente, desta vez reconhecemos que a atuação do executivo na cessação dos protocolos foi correta tanto no conteúdo como na forma. Por isso, vamos votar favoravelmente. Permita-me duas breves notas sobre estes protocolos e sobre a sua cessação. Nós entendemos que foi correta no conteúdo, porque efetivamente o Senhor Presidente já o disse, mudaram os pressupostos. Quando estes protocolos se iniciaram – alguns há mais de uma década, a realidade era outra e as necessidades que na sua grande parte ainda se mantêm eram grandes. A prática desportiva dos nossos jovens não conseguia ser suportada pelos equipamentos que os clubes tinham. Portanto, o recurso às escolas foi uma rentabilização dos equipamentos escolares que ainda hoje se mantêm. Efetivamente, os pressupostos é que se alteraram com o “Aproximar Escolas” e com a gestão direta da Câmara e, por isso há aqui uma duplicação. Estamos perfeitamente de acordo e até louvamos a atenção no revogar destes protocolos. Quanto ao conteúdo e à forma estamos de acordo, porque desta vez a cessação não foi unilateral, mas previamente concertada com as entidades envolvidas e mediante consenso destas. Nem podia ser de outra maneira nem poderia haver reação negativa da parte destas, porque é efetivamente real a causa. Apenas um alerta que deixamos à Câmara Municipal, para que mantenha a atenção, no sentido de que as escolas continuem a disponibilizar os seus espaços nos tempos livres às camadas jovens, uma vez que as necessidades são muitas e os espaços tanto quanto sei estão a ser utilizados quase a 100% nas horas vagas. Uma vez que o pessoal das escolas é dirigido diretamente pelas escolas e agrupamentos é preciso que as escolas mantenham essa atenção e que não descurem mesmo que às vezes sintam que o pessoal não chega, porque por muito pessoal que haja nunca chega. Obrigado.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora **Isabel Barbosa** - Segunda Secretária da Mesa. =====  
===== “Senhora Presidente da Assembleia Municipal; Senhor Presidente da Câmara Municipal; Senhores Vereadores; Excelentíssimos Presidentes das Juntas de Freguesia – com uma particular saudação para a Senhora Presidente da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz; Senhores/as Membros desta Assembleia; Colabores da autarquia; Meus Senhores e Minhas Senhoras. Na realidade algumas das questões que eu tinha a apresentar foram colocadas, de qualquer modo irei dizer que é com contentamento que me dirijo a esta Assembleia, em nome dos oliveirenses que eu também represento com a certeza que o faço e farei sempre pelo bem comum. Pois é afinal a função dos políticos, certificarem-se que eles próprios e outros que não eles se empenham para que cada um dos cidadãos de uma aldeia, de uma vila, de uma cidade, de um país tenham uma vida digna e feliz, porque ser feliz é possível. Estou rodeada de políticos que querem que os seus concidadãos sejam felizes, daí o meu contentamento. Sabendo eu, que quem mais deliberadamente persegue estes objetivos de tornar os oliveirenses felizes é o nosso executivo camarário e, por isso cumpre-me questioná-los. Em democracia estabelecem-se contratos de cooperação entre instituições, empresas, de duração mais curta outras vezes mais alargadas. Uns interessam renovar ou estender no tempo mesmo que este obrigue ou aconselhe a sua reformulação quando cessão ou se fazem cessar contratos de cooperação que têm na sua génese ou se aparentam ter, os pressupostos e objetivos com os quais nos identificamos e consideramos valiosos para o bem-estar comum. Cumpre-nos perguntar: Porquê e, o que os vai substituir? Neste ponto 7 da ordem de trabalhos, o que se pede a esta Assembleia é que se aprove a cessação destes contratos de cooperação entre o município e os vários agrupamentos de escolas – Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, de Loureiro, de Soares de Basto e o Agrupamento de Escolas Ferreira da Silva. Algumas questões parecem ter sido respondidas, mas não foram completamente, pelo menos eu não entendi assim, pela leitura que fiz aos documentos que foram enviados e aos protocolos que tentei verificar. Conforme o próprio documento remetido a esta Assembleia, os respetivos contratos visavam, estabeleciam as devidas condições específicas em que seriam proporcionadas aos munícipes individualmente ou de forma coletiva as várias modalidades desportivas nas instalações socio-desportivas dos agrupamentos em questão. Com base neste contrato, os agrupamentos de escola cediam ao município, mediante pagamento de encargos que era diferenciado para cada um dos agrupamentos, os pavilhões gimnodesportivos e os campos interiores. Esta cedência tinha por objetivo a utilização regular e gratuita, visando a prática desportiva prioritariamente por classes de formação das associações e clubes, sendo que em todos os contratos para a utilização destes equipamentos eram de 20 horas semanais. Todos concordaremos que a prática da atividade física é promotora de bem-estar físico e também quando coletiva do bem-estar e inserção social contribui pois para a nossa felicidade. As camadas mais jovens, todos reconhecemos a sua importância como instrumento favorecedor do desenvolvimento de princípios éticos e cívicos. Cumpre-me, ainda, reforçar que estas valências

se mantenham em camadas adultas e seniores. Sendo que fomentam o convívio e interação necessárias, contribuem para o dinamismo das comunidades impedindo a sua deterioração social. Uma comunidade sem interação social, sem atividade física é uma comunidade diferente. Reconhecendo a enorme vontade e determinação deste executivo em tornar este concelho num dos melhores para se viver, implica conseguir elevados níveis de satisfação sobre a população. Gostaria de solicitar a sua excelência, o Presidente, que esclarecesse mais cabalmente esta Assembleia. Primeiro: Como é que os pressupostos deixaram de existir? Na realidade, daquilo que eu vi, foi que estes pressupostos incluíam também, a resposta às necessidades dos municípios, o aproveitamento das instalações desportivas existentes no município, a rentabilização de recursos e património. A prática desportiva é um meio de ocupação de tempos livres que se traduz positivamente na formação pessoal e social contribuindo para a construção de estilos de vidas saudáveis. Portanto, esta era uma das questões. Segundo: Neste tempo de vigência dos contratos, se estes se revelaram positivos e se alcançaram os objetivos pretendidos? Tendo sido na efetividade uma mais-valia para as populações. Terceiro: Que outras estruturas existem a nível concelhio e das freguesias, que permitam que eventuais prejuízos, desta cessação sejam minorados? Não sendo certo que isto reverta apenas para os clubes que têm as atividades a desenvolver no nosso concelho, mas também para outras freguesias. Sendo que nos outros agrupamentos, nomeadamente o agrupamento de S. Roque, Ferreira da Silva e Loureiro parece-me que, eventualmente, estas necessidades se possam manter. Quando a Constituição da República anunciou o artigo 79ª diz que todos têm direito à cultura física e ao desporto, sendo que o artigo 33º do anexo I da lei 75/2013 diz que: compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou de interesse para o município incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças. Eu aqui referia se estes contratos não deviam ser alargados, efetivamente a outras populações, não sendo só às camadas de formação... É inegável que o desporto contribui para a promoção da saúde considerando esta de acordo com a Organização Mundial da Saúde, num estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não somente ausência de afeções e enfermidades. É pois, importante que as atividades físicas e desportivas com prática regular sejam acessíveis a todos. A minha pergunta, é então: De que modo pensa o executivo liderado por vossa excelência, Senhor Presidente, fazer com que esta área contribua também, para a felicidade e bem-estar dos oliveirenses? Obrigada.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== “Muito obrigado Senhora Presidente. Começaria por comentar a intervenção do Senhor Deputado **Albino Martins**: a Câmara Municipal e este executivo nunca fez nenhuma cessação unilateral de protocolos com nenhuma entidade. E nunca erramos nem na forma nem no conteúdo. Nós sempre tivemos como preocupação o seguinte: em primeiro lugar e é inegociável para nós, a garantia e a legalidade. Uma segunda questão que é muito importante para nós é: a preservação da imagem das entidades envolvidas nos protocolos, e estou a falar

da Câmara Municipal e dos nossos parceiros. Depois outra questão, e que não é menos importante para nós: a questão da equidade. Da forma responsável que nós temos de tratar de igual forma todos os nossos parceiros. Portanto, o que lhe peço é que confie na integridade, seriedade e responsabilidade deste executivo e que acredite que nós, em momento algum, percebemos que esse seja um papel passível de ser feito pelos partidos, politizaremos o nosso relacionamento com os nossos parceiros e permitiremos que os nossos parceiros e nós próprios sejamos envolvidos em casos, em escândalos como esse que ouvimos recentemente com algumas IPSS's e que, naturalmente prejudicam a imagem dessas IPSS's, do município e comunidade. Portanto, nós sempre que tivermos em presença, situações que não fazem sentido manter-se, situações que não cumprem aquilo que está instituído legalmente, é evidente que nós não daremos prazos... Nós não protelaremos... Nós não adiaremos a decisão que tem que ser imediatamente tomada. É isso que nos norteia e é isso que nos vai nortear no futuro – é isso que faremos no futuro. Todo o relacionamento que mantemos, hoje, e queremos manter no futuro com os nossos parceiros é um relacionamento de profundo respeito institucional e de respeito pelo trabalho extraordinário que a parceria e, muitas vezes mesmo sem ser em parceria, desenvolvem na nossa comunidade. Esta nota queria deixá-la de forma absolutamente clara. Em relação à intervenção da Senhora Deputada **Isabel Barbosa**: quando nós falamos, enfim, que não se mantinham os pressupostos que estiveram na base da elaboração destes contratos de cooperação, estamos a falar dos pressupostos financeiros – não dos pressupostos de utilização, porque necessariamente esses vão ser mantidos. Queremos continuar a mantê-los e vamos continuar a assegurar exatamente as mesmas respostas que vinham a ser dadas no passado. Tanto é que estamos a falar, hoje, de uma ratificação a 31 de dezembro de 2017 - estamos em fevereiro e todas estas respostas continuam a ser dadas por esses agrupamentos de escolas e nesses pavilhões. Bom, a importância de nele agregarmos e disponibilizarmos estas respostas a outros públicos, é evidente que seria e é importante. É evidente que o caminho faz-se caminhando e, naturalmente que todas estas respostas que nós temos que dar no sentido de disponibilizarmos às populações condições para a prática desportiva, para hábitos de vida saudável, etc., é um caminho que já foi iniciado há algum tempo atrás e que vai continuar a ser mantido. Nós olhamos para as questões dos parques de lazer, das ciclovias, na requalificação dos polidesportivos, a resolução por exemplo do pavilhão da NOZ que é um pavilhão importantíssimo para uma determinada região do nosso concelho, que há vários anos aguarda uma resposta. Todas estas respostas conjugadas são as respostas que estamos a procurar dar. No caso concreto deste ponto em apreço, deixar de forma bem clara, que tudo aquilo que era assegurado nestes equipamentos vai manter-se e se possível vai ser reforçado. É evidente que a gestão da disponibilidade de utilização destes equipamentos leva-me quase sempre a uma utilização plena destes. Está aqui o Dr. Carlos Costa Gomes a abanar a cabeça, porque está ligado também à gestão de um equipamento destes... É um facto, nós temos muita dificuldade em encontrar disponibilidade num equipamento destes, estamos claramente deficitários neste tipo de respostas e teríamos necessidade de mais respostas para que dessemos uma resposta

*cabal àquilo que são as necessidades da nossa comunidade. Nós vamos fazer esse percurso e tentar criar algumas respostas de maneira a que haja disponibilidade de equipamentos e tentar levar estas práticas que são promovidas nestes pavilhões a outros públicos em outros contextos para que seja uma realidade e que tenhamos dessa forma possibilidade de ter oliveirenses mais saudáveis, oliveirenses a viverem mais anos e oliveirenses com mais possibilidade de acederem a equipamentos e à prática desportiva. Portanto, essa é claramente uma vontade, essa é claramente uma intenção. Vamos ver se temos a possibilidade de a concretizar. É para isso que estamos a trabalhar.”* =====

===== A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto oito: Adendas a Acordos de Execução com as Freguesias/União de Freguesias – Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que - Em 22 de dezembro de 2014, foram celebrados Acordos de Execução com cada Junta de Freguesia/União de Freguesia (e posteriormente Adendas com as Freguesias de Carregosa, Cesar, Macieira de Sarnes e a União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca Palmaz, União de Freguesias De Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba- Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail); - Os referidos Acordos preveem a sua renovação após instalação da Assembleia Municipal; - Para execução do leque competências delegadas por força da lei, mostra-se insuficiente a verba anterior face aos sucessivos aumentos das remunerações, mão-de-obra e correspondente RMMG, bem como preços dos bens, dos serviços, aquisição/manutenção de equipamentos e frota, factos que justificam o reforço em 15% da verba anual fixada (passando de € 800 000,00 para € 920 000,00), a distribuir pelas Juntas/União de Freguesias, segundo o critério dos 3 F’s (FFF - Fundo de Financiamento das Freguesias, Mapa XX da LOE), e do disposto no art.º 38º da Lei n.º 73/2013, de 03.09 (no mesmo sentido do n.º 1 e 2, do art.º 135º e n.º 2 do art.º 115º, Anexo I da citada Lei n.º 75/2013), sendo por todos aceite os procedimentos de negociação geral, e minutas das Adendas (Conforme se anexa); - Que os encargos resultantes das adendas aos Acordos de Execução estão suportados em termos orçamentais, com os compromissos de fundo disponível n.ºs 1064; 1065; 1066; 1067; 1068; 1069; 1070; 1071; 1072; 1073; 1074 e \_\_\_\_/2018, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (e posteriores alterações), e art.º12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, mediante a prévia autorização pela Assembleia Municipal; **Propõe:** - Que nos termos e com os fundamentos expostos, se considerem renovados os Acordos de Execução de 22.12.2014; - A aprovação das minutas de Adendas aos Acordos de Execução (em anexo), nos termos e condições nelas estabelecidas; - Que se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea k) do n.º1 do art.º 25º conjugado com a alínea m) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e ainda para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, nos termos do regime legal atrás referido.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Muito obrigado Senhora Presidente. Estamos a dar cumprimento a uma promessa eleitoral, e na prática estamos a fazer adendas aos acordos de execução que tínhamos com as nossas freguesias, no sentido de acomodarmos um aumento de 15% naquilo que são as transferências executadas em relação ao ano de 2017. Portanto, estamos a falar de um conjunto de adendas para o universo das nossas juntas/ uniões de freguesia e forma a que com o acordo dos seus presidentes de junta, esses 15% de reforço seja possível.” =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Carlos Costa Gomes e Bruno Aragão. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Carlos Costa Gomes**, do PSD. =====

===== “Mais uma vez bom dia a todos. Senhora Presidente: deixamos claro que o PSD aprova as adendas aos acordos de execução celebrados com as juntas e uniões de freguesia. Aliás, em boa verdade, os acordos já foram sufragados pelas senhoras e senhores presidentes de junta e nessa medida se o aceitaram, esta Assembleia apenas deve ratificar esta decisão. Portanto, vamos ratificar essa decisão. Todavia, gostaríamos de salientar aqui alguns aspetos nestas adendas. Os senhores deputados tiveram informação sobre a alteração das mesmas... Mas na verdade para sabermos o que foi alterado, teríamos que recorrer aos acordos originais, neste caso não os temos em mãos. Por exemplo, nas adendas de Ossela; São Martinho da Gândara; Cesar; Macieira de Sarnes; Carregosa; Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz; Fajões, São Roque; Nogueira do Cravo e Pindelo é alterada a redação do ponto três da cláusula vinte e seis; o ponto um e quatro da cláusula vinte e sete; o ponto três da cláusula vinte e nove e a cláusula quarenta no referido acordo. No que se refere à União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago Riba-Ul, Ul, Macinhata e Madaíl para além das cláusulas referidas crescem ainda os pontos quatro e cinco da cláusula cinco. Senhor Presidente, depois refere no ponto dois da cláusula vinte e sete – “tendo em conta o mapa anexo”, mas de facto o mapa anexo que se refere aos trabalhadores que irão ser afetos a cada uma das freguesias, não o temos para ver se essa equidade de tratamento. Nesse reforço de 15% da verba que o Senhor fez referência: a adenda faz um anexo dois às freguesias de Cucujães, Loureiro e União de Freguesias de Oliveira de Azeméis e uma listagem de intervenções que não faz nas anteriores freguesias mencionadas. Isto é: Como é que podemos comparar a alteração? Como é que podemos verificar nesta adenda a realidade da afetação de cada trabalhador às respetivas freguesias se não temos o mapa anexo a que faz referência. Verifica-se nos acordos de execução das freguesias de Oliveira de Azeméis, Loureiro e Cucujães uma alteração à cláusula cinco que diz respeito a uma ação de responsabilidades por parte do executivo, mas que não se verifica nas restantes. Intervenção de poda imediata das árvores. Perguntamos: Se esta solução já estava prevista nas outras adendas aos acordos de execução das outras freguesias, ou se agora foram assumidos nestas três freguesias e se não estavam assumidos porque é que só faz referencias

*nestas? Como sabe Senhor Presidente, em cenários idênticos nestas matérias, o PS em diversas situações absteve-se e em algumas vezes votou contra por não existir informação completa. Contudo, a posição do PSD não é se opor à posição do executivo nem é de se opor aos acordos por parte dos presidentes de juntas. Mas, é lembrar que o ditado “ não olhe para o que eu faço, olhe para o que eu digo” se aplica um bocadinho neste contexto. Na oposição não vale tudo, mas vale a pena fazer tudo para o bem de Oliveira de Azeméis e dos oliveirenses. E porque, é para o bem dos oliveirenses e das freguesias como já tinha referido, este ponto será votado favoravelmente pelo PSD. Muito obrigado.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

*===== “Obrigada Senhora Presidente. De forma muito breve, apenas dizer ao Senhor Deputado **Carlos Costa Gomes** que tudo o que estava previsto nos acordos de execução anteriores mantém-se. A única coisa que nós fazemos é reforçar as verbas que eram transferidas para o cumprimento daquilo que estava estabelecido e contratualizado com as juntas de freguesias nesses acordos. Confia em nós? Não tenha dúvidas sobre isso. Mas se por acaso tiver alguma dúvida em relação ao nosso executivo, garanto-lhe que os nossos presidentes de junta não deixarão que nós falhemos, naquilo que é o cumprimento das nossas obrigações e serão eles a aferir e quantificar se aquilo que nós estamos a fazer é um reforço ou não. Mas o que importa aqui esclarecer para que não subsistam dúvidas, e obviamente que não lhe vou responder àquilo que era o comportamento do PS no passado. O Partido Socialista está aqui bem representado e poderá fazê-lo. Aquilo que importa é esclarecer os senhores deputados, efetivamente, em relação àquilo que foram as verbas transferidas para as juntas de freguesia em 2017. Há um reforço de cerca de 120 mil euros que correspondem aos 15% de apoio adicional que damos para o cumprimento destes acórdãos de execução. Há em todas alterações de natureza um pouco mais técnica que visam resolver, por exemplo, aquela questão dos funcionários - a atribuição de 250€ ao funcionário. Quando perdíamos o funcionário tinha que vir aqui (à Assembleia) para podermos fazer a alteração... Isso fica definido, regulado e sempre que houver esta questão de perda de funcionário que estava disponibilizado pela autarquia na freguesia, fica imediatamente afetado o recurso disponível dos 250€ para a substituição desse funcionário. No caso concreto de algumas freguesias, nós incluímos tarefas acordadas com esses presidentes de junta. Recordo-me, nomeadamente da Junta de Freguesia de Loureiro em relação à afetação do colaborador para a limpeza da Área de Acolhimento Empresarial, mas sempre com a preocupação de que se o Presidente da Junta de Loureiro entender que aquilo que está disponibilizado é insuficiente, cá estaremos para conversar e encontrar uma solução que seja do agrado de ambas as partes. Tivemos também a inclusão de mais alguns espaços na União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, na limpeza de mais alguns espaços, e tivemos no caso concreto da Junta de Freguesia de Cucujães a inclusão nos acordos de execução das ruas que eram limpas ainda até outubro pela ECOPEDE. São estas as alterações substanciais que fizemos nestas três freguesias, nas outras não houve nenhum tipo de alteração. Mas todas as*

alterações que foram promovidas foram acordadas com os senhores presidentes de junta e obviamente que são alterações que além de acordadas serão acompanhadas, porque o nosso espírito é de total cooperação com as juntas de freguesia na busca permanente de soluções de problemas da população. Portanto, não faria nenhum sentido que tivéssemos, em relação às juntas de freguesia, um comportamento que fosse diferente deste. Neste momento, para nós o que é relevante, é que as juntas de freguesia passaram a dispor de mais 15% de transferências anuais para poderem dar mais e melhores respostas às populações. Obviamente, que gostaríamos muito, daqui por um ano ou dois estivéssemos a falar ainda de mais transferência e de um reforço deste reforço. Isso sim, seria bom para todos... Esse é o caminho que pretendemos fazer, logo que tenhamos capacidade e disponibilidade orçamental para o fazermos. Era para nós um compromisso muito importante e prioritário dar-vos imediatamente cumprimento a esta promessa eleitoral, procurando de certa forma credibilizar um pouco aquilo que é a ação política no nosso concelho. Mas por outro lado, procurar atender às legítimas preocupações que os presidentes de junta de freguesia vêm manifestando de precisarem de mais recursos para darem cumprimento àquilo que está contratualizado nestes acordos de execução. É óbvio que isto não é uma verba extraordinária, uma verba brutal... são 120 mil euros – mais 15%, mas é melhor que nada. É a ajuda possível, sendo certo que, sendo a ajuda possível, temos toda a consciência que não é a ajuda suficiente. Muito obrigado.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== “Senhora Presidente muito obrigado. Não quero que fique aqui nenhuma dúvida, pois acho que no início do mandato essas coisas se devem esclarecer. O Partido Socialista em nenhum momento entrará em questões partidárias no âmbito desta Assembleia Municipal. O que aconteceu no passado e, de forma muito clara é que o Partido Socialista, obviamente criticou opções do executivo municipal. O executivo municipal é que durante muitos anos se confundiu com o partido que o suportava – é uma coisa bem diferente. Quanto à postura e à forma como sempre encaramos isto, basta ver a forma como analisamos cada ponto e a maneira como não nos coibimos de aprovar ou de reprovar, como foi o caso, ainda, nesta Assembleia Municipal independentemente de o executivo em Oliveira de Azeméis neste momento ser suportado ou não, pelo Partido Socialista. Basta tentarem procurar qualquer exemplo nos últimos quarenta anos. Relativamente àquilo que o Partido Socialista sempre criticou foi a diferença entre o que se diz e o que se faz. Basta ir para 2017, o tal ano em que 75% do orçamento foi cumprido por um executivo e 25% por outro... e ver o nível de transferências de capital para as juntas de freguesia que estava previsto em 2,4 milhões e acabou em 774 mil euros. Portanto, a capacidade de execução foi de 31,7% e quanto a isto não há mais nada a dizer. A partir de hoje, não nos vão ouvir, seguramente, a responder a este tipo de questões quando colocadas desta forma. O que interessa aos oliveirenses, e sempre interessou, é que sejamos capazes de discutir e trazer a esta Assembleia, os problemas que realmente importam. Obrigado.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Carlos Costa Gomes**, do PSD. =====

===== “Senhor Presidente, eu agradeço os esclarecimentos sobre a matéria. Mas a questão que eu coloquei e como deve entender eu não tendo conhecimento dos contratos iniciais, a Bancada do PSD não sabia o que é que está afeto a cada contrato inicial, sobre a questão desse conjunto de anexos complementares às adendas. Se esse trabalho, já é uma ação de responsabilidade da Câmara nas outras freguesias... Portanto, a leitura é esta: se realmente há um conjunto de soluções e responsabilidades.... Para além dos 15% da verba transferida, havia mais uma parte que era assumida pelas responsabilidades que algumas freguesias iriam ser beneficiadas em relação a outras. É esta a questão que estamos a colocar e também, a relação da falta do anexo, para vermos qual era a equidade dos trabalhadores afetos a cada freguesia. E, enfim, se no passado houve questões que levantaram dúvidas, é claro que se reforça o passado e mal seria se não levantássemos essas dúvidas. Somos a ação fiscalizadora do executivo municipal e cabe-nos a nós fazer esse trabalho. Obrigado.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== “Bom, Senhora Presidente, julgo que a minha resposta foi esclarecedora. Não houve nenhuma alteração aos acordos de execução para além destes casos que eu referi, nem solução de novas responsabilidades com as juntas de freguesia para além destes casos que referi. Portanto, reforçando mais uma vez, tudo o que seja necessário fazer com as juntas de freguesia será sempre feito num quadro de cooperação, num quadro de algo permanente e é isso que nós vamos fazer. Estes acordos de execução, estes anexos, são do conhecimento de todas as bancadas de todos os partidos. São de conhecimento e já foram aprovados no passado, aquilo que nós estamos a fazer é introduzir-lhe algumas alterações e a reforçar as verbas. Quando isso acontecer, quando a informação que tiverem não for suficiente, podem solicitá-la e nós teremos todo o gosto em disponibilizá-la, assim como os serviços da Assembleia. Muito obrigado.” ==

===== A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto nove: Grupo Cultural e Recreativo de Ossela – Pedido de isenção do pagamento das DRI’s (Documentos Receita Individual), pela utilização da tela de proteção de piso desportivo - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1 – O Grupo Cultural e Recreativo de Ossela (G.C.R. Ossela) - Associação que tem por fim o desenvolvimento de atividades que contribuam para a elevação do nível cultural, recreativo e físico da população, solicitou em 8 de julho de 2015 e 7 de junho de 2016, a cedência da tela de proteção do piso de recinto desportivo existente no Pavilhão Municipal Prof. António Costeira, para realização do evento Ossela Summer Fest, realizado respetivamente em 25 de julho de 2015 e 30 de julho de 2016; 2 – A tela de proteção do piso desportivo, sendo um equipamento para ser apenas utilizado no Pavilhão Municipal Prof. António Costeira, não tem definida taxa

para aluguer de utilização; 3 – Foi autorizada pelo Exmo. Sr. Vereador em funções, às datas referidas, a cedência da tela de proteção de piso, considerando o cálculo de custos associados a transporte, montagem e desmontagem da tela de proteção de piso; 4 – Foram emitidas respetivamente as DRI n.º 10148/2015 em 29/07/2015 e DRI n.º 11875/2016 de 05/08/2016, no valor de 381,68€ cada, correspondendo ao valor global de 763,36€; 5 – Conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal Prof. Isidro Figueiredo, datado de 10 de maio de 2017, foi efetuado por este serviço levantamento e acompanhamento de Guias de Receita emitidas e por cobrar, com mais de 60 dias, e desenvolvidos procedimentos com o objetivo da sua boa cobrança nos prazos legais; 6 – Em 27 de setembro de 2017, a entidade G.C.R. Ossela foi notificada para cobrança de guias de receita emitidas (S/17844/2017) identificadas no ponto 4, no valor global de 763,36€, no prazo de 30 dias úteis, sob pena deste valor ser cobrado coercivamente, através de um processo de execução fiscal; 7 – Em 20 de dezembro de 2017, o G.C.R. Ossela solicitou a isenção deste pagamento, argumentando disponibilização de “todas as suas infraestruturas, pessoal, meios de transporte, equipamentos diversos e outros ao longo de muitos anos, no apoio às atividades do Município e mesmo a seu pedido a Instituições, Agrupamentos Escolares, Clubes, Bombeiros, Rotary, Lyon’s, Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis, Cruz Vermelha, acontecendo casos em que o material não foi devolvido e por vezes devolvido danificado, sem nos pagarem os respetivos custos” invocando ainda que têm “sido sujeitos a várias situações de incumprimento financeiro por parte do Município com elevados custos para a Coletividade, agravando o endividamento”. Considerando ainda: 8 - As atribuições dos municípios em matéria de cultura, tempo livres e desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do art.º 23.º do anexo I da lei n.º 75/2013, 12 setembro; 9 - Que de acordo com o n.º 2 do artigo 16.º da lei n.º 73/2013 e posteriores alterações, “a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios;” 10 - Que de acordo com n.º 3 do artigo 16º da lei n.º 73/2013 e posteriores alterações, “os benefícios fiscais referidos no número anterior devem ter em vista a tutela de interesses públicos relevantes e a sua formulação ser genérica e obedecer ao princípio da igualdade;” 11 - Que eventual interesse público relevante se encontra verificado nos considerandos, nomeadamente no ponto 7 supracitado; Propõe-se, de acordo com os fundamentos retro citados **a concessão de isenção de pagamento das DRI’S 10148/2015 de 29/07/2015 e 11875/2016 de 05/08/2016**, pela utilização da tela de proteção de piso desportivo; - O envio da presente proposta para autorização da Assembleia Municipal, para os devidos efeitos; - Mais se efetue a devida publicidade nos termos e para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 79.º da lei 73/2013 na sua atual redação. “ =====  
===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====  
===== “Senhora Presidente, muito rapidamente: o Grupo Cultural e Recreativo de Ossela requisitou à Câmara Municipal uma tela de proteção de piso e a Câmara emitiu duas guias para a disponibilização dessa tela de proteção de piso e dos custos com a deslocação,

montagem, desmontagem e transportes no valor de 763.36€. Portanto, em setembro de 2017, esta entidade foi notificada para a cobrança destas guias de receita, emitidas no valor que acabei de referir e tinha trinta dias úteis para o fazer. Se não o fizesse seria alvo de um processo de execução fiscal. Aquilo que está a ser proposto com os fundamentos que nos são apresentados é considerar a isenção deste valor a este grupo de Ossela. =====  
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====  
 ===== A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====  
 ===== **Ponto dez: Desafetação de área do domínio público para domínio privado municipal – Aprovação;** =====  
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “No processo inicial - processo 985/1987 (atual PI/1986/2009) foi emitido o alvará de loteamento 78/88. No referido alvará são constituídos 2 lotes: A saber, o lote n.º 1 com 2000m<sup>2</sup> e o lote n.º 2 com 2180m<sup>2</sup>. O alvará de loteamento (folha 22 do processo 985/87) identifica uma cedência ao domínio público de 100m<sup>2</sup> a qual correspondia a uma área de 10m de largura por 100m de comprimento no arruamento para o qual os dois lotes possuem frente urbana (folha 5 do processo 985/87). O proprietário do lote n.º 2 - Avelino Jesus Moreira de Pinho-Neto no âmbito do processo 432/2008 (atual PI/2201/2008) requereu a alteração ao alvará de loteamento e identifica uma área de cedência ao domínio público de 88m<sup>2</sup> - folha 22 do PI/2201/2008. Esta a Iteração ao alvará de loteamento foi aprovada por despacho de 22/07/2009 a folha 45. No aditamento ao alvará de loteamento 78/88 emitido em 20 de Outubro de 2011 não foi identificada nem mencionada a cedência de 88m<sup>2</sup> para o domínio público. Por conseguinte o lote n.º 2 manteve-se com a área inicial de 2180m<sup>2</sup> na Conservatória do registo Predial. Em 28/10/2014 é novamente requerida a alteração ao alvará de loteamento que consiste na integração no lote n.º 2 da área de 88m<sup>2</sup> cedida ao domínio público no âmbito do PI/2201/2008, Por forma a integrar a área anteriormente cedida ao domínio público, foi elaborada proposta apreciada em Reunião de Câmara -1/40951/2016 a folha 57 do PI/6590/2014. A proposta apreciada em Reunião de Câmara de 30/10/2016 identificava e quantificava a área a desafetar como de 67,11m<sup>2</sup> - 1/40951/2016 a folha 57. A verdade é que todas as peças escritas e desenhadas identificam a área de 88m<sup>2</sup> e não se encontra justificação para a área identificada na proposta como de 67,11m<sup>2</sup>. A desafetação de 67,11m<sup>2</sup> foi aprovada em reunião de Câmara de 30/06/2016 e em Assembleia Municipal de 29/09/2016. A incorreta quantificação da área a desafetar já consta do despacho de 11 de Novembro de 2016 a folha 84. Posto isto, e face às decisões já tomadas, propõe-se ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 25º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro que se solicite à Assembleia Municipal a aprovação da desafetação de mais 20,89m<sup>2</sup> (remanescente necessário para refazer os 88m<sup>2</sup> requeridos - 20,89m<sup>2</sup> + 67,11m<sup>2</sup> = 88m<sup>2</sup>) de área cedida para o domínio público para o domínio privado Municipal para posterior venda ao proprietário do lote n.º 2 do alvará de loteamento 78/88. A Comissão Municipal de avaliação,

em 18 de maio de 1016, avaliou e quantificou o valor dos 88m<sup>2</sup> de domínio público no montante de 2.712,15€.”

=====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====  
 ===== “Bom, Senhora Presidente, eu temo que ao explicar este ponto as pessoas fiquem mais confusas no final do que no início da explicação. Na prática o que estamos a fazer é uma correção da desafetação de uma parcela de domínio público para domínio privado municipal. Foi referida uma área de 88m<sup>2</sup> e não 67.11m<sup>2</sup> e o que queremos agora é corrigir através da desafetação o diferencial que é 20.89m<sup>2</sup>, para que esta situação fique devidamente regularizada.” =====

=====  
 ===== Não havendo inscrições, a Senhora Presidente colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=====  
 ===== **Ponto onze: Junta de Freguesia de Cucujães – Pedido de Aprovação/Colocação de sinais de trânsito para a Rua de Cabo Verde - Aprovação;** =====

=====  
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “**Considerando:** - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n.º1, alínea qq); - O pedido registado no E/16756/2017 da Junta de Freguesia da Vila de Cucujães para aprovação de sinais de trânsito, proposta pela Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia, na Rua de Cabo Verde.

**Propõe:** 1. Um sinal (B2) - "Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos" na Rua Cabo Verde, no entroncamento com a Rua Joaquim José António da Silva Carvalho. 2. Dois sinais (B2) - "Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos" na Rua Cabo Verde, no cruzamento com a Rua Margonça. 3. - Um sinal (B1) - "Cedência de Passagem" na Rua Cabo Verde, no entroncamento com a Rua Manuel Tavares "Melro" Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.”

=====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====  
 ===== “Senhora Presidente, como disse é a aprovação de sinais de trânsito a pedido da Junta de Freguesia de Cucujães para a Rua de Cabo Verde. Estão aí definidos os sinais: um sinal B2 (paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos) para a Rua de Cabo Verde, no entroncamento com a Rua Joaquim José António da Silva Carvalho; dois sinais B2 na Rua Cabo Verde, no cruzamento com a Rua Margonça; um sinal B1 (cedência de passagem) na Rua Cabo Verde, no entroncamento com a Rua Manuel Tavares “Melro”- é apenas disso que se trata.” =====

===== Não havendo inscrições, a Senhora Presidente colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto doze: Construções Melo & Filhos, Lda. – Pedido de Aprovação/Colocação de sinalização vertical na Freguesia de Nogueira do Cravo;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n.º1, alínea qq); - O pedido registado no E/15209/2017, da empresa Construções Melo & Filhos, Lda., para a colocação de sinalização vertical dentro da sua freguesia. **Propõe:** - A colocação de um poste com o sinal D4 "Rotunda" complementado com o sinal B1 "Cedência de Passagem" conforme se encontra nos demais acessos à rotunda.

Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Trata-se de um pedido de uma empresa – Construções Melo & Filhos, Lda., para a colocação de sinalização vertical dentro da sua freguesia. Portanto, um sinal D4 (rotunda) complementado com o sinal B1 (cedência de passagem) – desta vez, na freguesia de Nogueira do Cravo.” =====

===== Não havendo inscrições, a Senhora Presidente colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto treze: Constituição do Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna de Oliveira de Azeméis 2018/2022 – Designação de representante;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em consideração: - O Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 02/2011, de 06 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua gestão sustentável, bem como os princípios reguladores da atividade cinegética; - A participação da sociedade civil na política cinegética efetiva-se no Conselho Nacional da Caça e da Conservação da Fauna e nos **Conselhos Cinegéticos e da Conservação da Fauna** (artigo 152º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 02/2011, de 06 de janeiro); - Os **Conselhos Cinegéticos e da Conservação da Fauna**, abreviadamente designados por **Conselhos Cinegéticos Municipais**, são órgãos consultivos que se constituem a nível municipal, sendo presididos pelo Presidente da Câmara Municipal (artigos 156.º e 157º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 02/2011, de 06 de janeiro); - São competências deste Conselho (Artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de

agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 02/2011, de 06 de janeiro): a) Propor à administração as medidas que considerem úteis à gestão e exploração dos recursos cinegéticos; b) Propiciar que o fomento cinegético e o exercício da caça, bem como a conservação da fauna, contribuam para o desenvolvimento local, nomeadamente para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais; c) Apoiar a administração na fiscalização das normas legais sobre a caça e na definição de medidas tendentes a evitar danos causados pela caça à agricultura; d) Emitir parecer, no prazo de 15 dias, sobre a concessão de Zonas de Caça Associativa (ZCA) e Zonas de Caça Turística (ZCT), a criação e transferência de Zonas de Caça Nacionais (ZCN) e Zonas de Caça Municipais (ZCM), bem como sobre a anexação de prédios rústicos a zonas de caça e, ainda, sobre a transferência de gestão de terrenos cinegéticos não ordenados e suas renovações, findo o qual pode o procedimento prosseguir e vir a ser decidido sem o parecer; e) Emitir parecer sobre as prioridades e limitações dos diversos tipos de zona de caça; f) Facilitar e estimular a cooperação entre os organismos cujas ações interfiram com o ordenamento dos recursos cinegéticos. - Os Conselhos Cinegéticos Municipais são constituídos pelos seguintes vogais (artigo 157º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro): a) Três representantes dos caçadores do concelho; b) Dois representantes dos agricultores do concelho; c) Um representante das Zonas de Caça Turísticas (ZCT) do concelho (não aplicável ao concelho de Oliveira de Azeméis – no concelho não existem Zonas de Caça Turística, somente Zonas de Caça Municipais e Zona de Caça Associativa); d) Um representante das associações de defesa do ambiente existentes no concelho; e) Um autarca de freguesia a eleger em assembleia municipal; f) Um representante da Autoridade Florestal Nacional sem direito a voto; g) Um representante do ICN, no caso de a área do município abranger áreas classificadas, sem direito a voto (não aplicável ao concelho de Oliveira de Azeméis – não existem áreas classificadas); - Conforme previsto no artigo 156º e 157º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro, e pelo Despacho I/71257/2017, como representante do Município no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal de Oliveira de Azeméis, foi designada a Sra. Vereadora Inês Dias Lamego; - A informação interna do Núcleo de Competências de Gestão do Espaço Florestal, I/508/2018; Propõe: - Seja constituído o Conselho Cinegético Municipal de Oliveira de Azeméis.”

=====

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== “Foi pedida uma proposta aos grupos municipais, que conversaram e chegaram a um acordo apresentando a seguinte proposta: “Os grupos municipais representados nesta Assembleia articularam entre si uma proposta conjunta para a designação de um representante no Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna de Oliveira de Azeméis como previsto no ponto 13 da OT desta assembleia. Os grupos municipais indicam o conjuntamente: Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar – **Augusto Moreira.**”” =====

=====  
 A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====  
 =====  
 “Senhora Presidente, acho que foi clara na sua explicação.”=====

=====  
 Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====  
 =====  
 Pela Assembleia Municipal foi designado por unanimidade, para a Constituição do Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna de Oliveira de Azeméis, Augusto Moreira da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Cesar. =====  
 =====  
**Ponto catorze: Relatório de Avaliação da atividade da CPCJ, relativo ao ano de 2017 – Apreciação;** =====  
 =====  
 Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====  
 =====  
 Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====  
 =====  
 “Sobre este ponto: foi enviado quer à Câmara quer à Assembleia, o relatório que está previsto acontecer da CPCJ. Entendi que devia trazê-lo à sessão para que também o pudessem apreciar.” =====

=====  
 A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====  
 =====  
 “É precisamente a apreciação da atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens durante o ano de 2017. Estão na posse de toda a informação, é apreciá-la. Qualquer dúvida ou questão estamos aqui para vos esclarecer.” =====  
 =====  
 Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====  
 =====  
 A Assembleia Municipal apreciou o referido relatório. =====  
 =====  
**Ponto quinze: Designação de três cidadãos/ãs eleitores/as para integrar a Comissão Alargada da CPCJ de Oliveira de Azeméis;** =====  
 =====  
 Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====  
 =====  
 Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====  
 =====  
 “Este ponto: a designação de três cidadãos para integrar a Comissão Alargada da CPCJ de Oliveira de Azeméis resulta do facto, da senhora secretária da CPCJ me ter comunicado a necessidade de eleger três elementos, uma vez que os elementos anteriores estavam em falta, ou seja, já tinham terminado o seu período de exercer funções. Assim havia necessidade de os repor...Foi pedido aos líderes das bancadas para conversarem sobre esta situação e apresentarem uma proposta conjunta, a qual passo a ler “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia articulam entre si uma proposta conjunta para a designação de três cidadãos/ãs eleitores/as para integrar a Comissão Alargada da CPCJ, como previsto no ponto 15 da OT desta Assembleia. Os Grupos Municipais indicam, conjuntamente, **Ana Neves, Brígida Ramos e Maria Helena Moreira.**” Penso que estamos em condições de votar.” =====

===== *Não havendo inscrições, a Senhora Presidente colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade designar Ana Neves, Brígida Ramos e Maria Helena Moreira para integrar a Comissão Alargada da CPCJ. =====*

===== ***Ponto dezasseis: Área Metropolitana do Porto – Eleição de candidato a novo membro da Comissão Executivo Metropolitana do Porto - Votação;** A urna ficará lacrada e o resultado/apuramento da votação será efetuado no dia 26 de fevereiro às 21:00, na sede da Câmara Municipal. =====*

===== *Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *“Senhora Presidente isto é o cumprimento de um formalismo legal. Sempre que há alterações na comissão executiva da Área Metropolitana do Porto, a substituição dos membros tem que ser feita, obrigatoriamente, por votação nas dezassete Assembleias Municipais que compõem a Área Metropolitana do Porto. Deve ser feito no mesmo dia e em simultâneo – ou, com esta particularidade que acabamos de referir em que a urna será aberta nesse dia. Mesmo não sendo um membro executivo desta comissão executiva que é o caso em apreço... Estamos a falar do Senhor Ângelo Augusto Santos Oliveira, temos que fazer as assembleias no dia que está aqui referido. Percebem a dificuldade de articulação de tudo isto, percebem também, o excesso de zelo que temos neste formalismo legal. O que é facto, é que é isto que está aqui determinado e é isto que estamos a fazer.” =====*

===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== *“Bom, penso que perceberam a explicação que vos foi dada, no entanto, posso dizer algo mais sobre isto. De uma forma simples e sucinta explicarei o que é que aconteceu e para perceberem o constrangimento que isto nos trouxe. Portanto, quando recebemos este pedido para marcar uma Assembleia neste dia, a esta hora como já é habitual nas eleições da Área Metropolitana do Porto, já tudo estava organizado para que esta Assembleia acontecesse neste dia, nesta hora e neste local e ainda, com uma sessão temática à tarde. Portanto, eu fiquei bastante embaraçada e até incomodada por ter que mudar toda a agenda. Por isso procurei saber juntos dos juristas da Câmara quais eram as possibilidades para cumprir este requisito sem no entanto, ser obrigada a mudar a data da Assembleia. Chegou-se à conclusão que o que é essencial é que seja escrutinado o resultado à mesma hora das outras Assembleia pertencentes à Área Metropolitana do Porto. Mas, a forma como as assembleias vão votar só a elas lhes diz respeito e em nada altera o resultado da votação. Eu, previamente, tive o cuidado de falar com os líderes das bancadas para não apanharem esta situação de surpresa. Julgo que estamos com esta situação devidamente fundamentada e doravante se voltar a acontecer uma situação deste género, podemos usar este método sem estar sempre a interferir nos nossos agendamentos.” ==*

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Fernando Pais e Bruno Aragão. =====*

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====

===== “Queria por à apreciação de Vossa Excelência, que vamos agora votar e não temos o resultado da votação em ata. Eu penso que será necessário que a ata contenha o resultado desta votação. Só isso... É o que se vai fazer? Nós não levantamos rigorosamente problema nenhum. Só queria deixar vincado isso, porque podemos estar aqui a fazer uma coisa inútil.” =====

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== “Foi pensada essa questão. Vai ficar discriminado em ata, aquilo que vamos fazer. O resultado vai ser escrutinado no dia 26 às 21h, na Câmara Municipal, com os elementos da Mesa, com o Senhor Presidente da Câmara e com um representante de cada bancada para fazermos a abertura da urna; nesse momento ficará registado e será comunicado à Área Metropolitana e a todos os deputados o resultado. Constará ainda numa adenda à ata o resultado dessa votação.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====

===== “Então sugiro que essa situação fique aqui expressa em ata.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== “São preocupações legítimas mas, não nos podemos esquecer que formalmente a ata é aprovada na Assembleia seguinte portanto, se nesse momento acharmos que alguma coisa não está conforme, teremos oportunidade para sanar qualquer questão.” =====

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== “São situações que não são regulares e, portanto, qualquer contributo é bem-vindo.” =====

===== A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade proceder à votação, ficando em urna lacrada, sendo o resultado/apuramento efetuado no dia 26 de fevereiro às 21:00, na sede da Câmara Municipal. =====

==== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** =

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Manuel Ferreira. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Manuel Ferreira**. =====

===== “Eu gostava de ter uma atitude de cortesia para com o Senhor Presidente de Câmara agradecendo a amabilidade e as palavras que teve para com o Manuel Ferreira e para com o projeto da “Grande Guerra”. Foi com prazer que o tivemos na Quinta do Caima na palestra do Dr. Cruz de Melo –“Medicina de Guerra o Combate escondido”. As minhas palavras são para lançar um desafio: Bento Carqueja (tem um busto em frente à Câmara Municipal) tem sido, nesta temática, muito esquecido e nós queremos voltar a pegar na figura

*dele e lembrar que a Liga Patriótica do Norte lhe deve muito, porque ele foi um dos cidadãos que, na altura, contribuiu para que se implantasse nos municípios os monumentos aos combatentes. Senhor Presidente - quero lançar-lhe um desafio: Gostaríamos que a Câmara Municipal, connosco, logicamente, permitisse que a trincheira se reconfigurasse na Praça da República envolvendo o busto de Bento Carqueja. É um desafio que muito honrará o Município mas, mais a Nação, que muito deve a este cidadão. Queríamos também nesse momento trazer à memória a figura do Rei D. Manuel II, que visitou a fábrica do papel do Caima, Palmaz, esteve na inauguração da linha do Vale do Vouga, visitou o Santuário de Nossa Senhora de Lurdes e por nós já foi rememorado na Quinta do Caima em Palmaz no último jantar/debate promovido pelo Dr. Cruz de Melo. Há ainda mais para fazer por esta memória porque a ligação aos hospitais de campanha criados pelo Rei D. Manuel II tiveram muito apreço por Bento Carqueja. Assim sendo, está registado o agradecimento e lançado o desafio. Senhor Presidente, muito obrigado.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

*===== “Apenas para lhe dizer que nós estamos sempre recetivos a desafios e que, naturalmente, vamos olhar para a sua proposta com toda a atenção e perceber até que ponto é possível a sua concretização, como é evidente. Em relação ao desafio que nos lançou sobre a importância de envolvermos a figura de Bento Carqueja neste processo: Eu acho que faz todo o sentido porque ele tem uma ligação umbilical a todo este processo, em todo este trajeto. E, como disse, a Liga Patriótica do Norte tem uma dívida de gratidão por tudo aquilo que ele conseguiu fazer na concretização de um conjunto de monumentos. Mas a nossa maior preocupação neste momento é ficarmos com a propriedade da Casa do Bento Carqueja, que não é propriedade da autarquia. Essa sim é uma grande responsabilidade e é onde estamos a concentrar a nossa atenção e as nossas energias. Porque seria mau, trágico, que nós não tivéssemos capacidade para tentarmos preservar a sua memória em primeiro lugar assegurando a propriedade da sua casa. É isso que estamos a fazer. Mas vamos olhar para o seu desafio com todo o respeito e vamos procurar, se for possível, concretizá-lo.”* =====

*===== Antes de terminar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====*

*===== Para terminar a Sessão a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** disse: ==*

*===== “Bem, estamos a terminar esta sessão... Mais uma vez queria agradecer aos funcionários da Câmara Municipal, por serem excecionais quer na disponibilidade quer no interesse. Não seria possível, as coisas decorrerem desta forma, que eu considero muito bem organizadas e com êxito, se não fosse o trabalho destas pessoas que me têm acompanhado. Também um agradecimento aos funcionários da Junta de Freguesia que de igual forma se disponibilizaram a ajudar na organização da sala. Portanto, estou muito grata a todas as pessoas que contribuem para que estas assembleias corram desta forma... De forma tão*

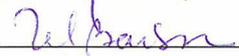
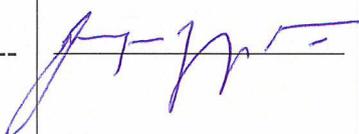
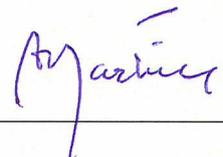
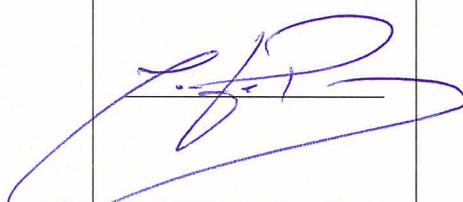
*entusiasta, sempre com um sorriso no rosto e sem constrangimentos. Estou profundamente agradecida por toda a colaboração. Como sabem temos da parte da tarde uma Sessão Temática com início às 15 horas, neste mesmo local, espero que a consigamos iniciar pontualmente. Obrigada.”* =====  
*===== E não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 13 horas e 10 minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa.*=====



Secção de Atas e Apoio aos Órgãos Municipais  
Assembleia Municipal

Eleição de Candidato a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana

Resultado/apuramento -26.02.2018

<p>Conforme deliberado na sessão ordinária da AM de 24.02.2018- Ponto 16, procede-se nesta data à abertura da urna e ao apuramento/resultado da referida Eleição e respetiva comunicação à AMP.</p>	<p><u>Assinaturas</u></p>
<p style="text-align: center;"><b>Mesa da Assembleia</b></p> <p>Helena Maria Dinis Santos – Presidente da Assembleia Municipal -----</p> <p>Manuel José Tavares Soares - Primeiro Secretário -----</p> <p>Maria Isabel Santos Barbosa - Segunda Secretária -----</p>	<p> -----</p> <p> -----</p> <p> -----</p>
<p style="text-align: center;"><b>Câmara Municipal</b></p> <p>Joaquim Jorge Ferreira – Presidente da Câmara Municipal -----</p>	<p> -----</p>
<p style="text-align: center;"><b>Grupos Municipais</b></p> <p>Albino Valente Martins -Representante do Partido Social Democrata (PSD)</p> <p>Jorge Melo Pereira - Representante do Partido Popular (CDS)</p>	<p> -----</p> <p> -----</p>

Oliveira de Azeméis, 26 de fevereiro de 2018

A Presidente da Assembleia Municipal

  
(Helena Maria Dinis dos Santos, Dr.ª)

**ELEIÇÃO DE CANDIDATO A NOVO MEMBRO DA COMISSÃO  
EXECUTIVA METROPOLITANA DO PORTO**

**2018**

**RESULTADOS DA ELEIÇÃO**

Helene Paiz Dinis dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal de O. Azeméis comunica, nos termos do artigo 74º. do anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, que o resultado da eleição do “candidato a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto”, por vacatura de lugar, realizada na sessão de 26 de fevereiro de 2018 desta Assembleia Municipal foi a seguinte:

A FAVOR 23 VOTOS  
CONTRA 0 VOTOS  
VOTOS EM BRANCO 2  
VOTOS NULOS 2

O. Azeméis, 26 de fevereiro de 2018.

**O Presidente da Assembleia Municipal,**

Helene Paiz Dinis dos Santos